

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÕES DE LEI

2 – ATA

2.1 – 7ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a marcar o lançamento e o início dos trabalhos do seminário técnico “Crise climática em Minas Gerais: desafios na convivência com a seca e a chuva extrema”

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Plenário

3.2 – Comissão

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ASSEMBLEIA CULTURAL

6 – ERRATA



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.656

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Viola Viva de Sacramento, com sede no Município de Sacramento.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Viola Viva de Sacramento, com sede no Município de Sacramento.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 15 de março de 2024.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.655

Declara de utilidade pública a entidade Central Veredas, com sede no Município de Arinos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Central Veredas, com sede no Município de Arinos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 15 de março de 2024.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATA DA 7ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 14/3/2024

Presidência do Deputado Tadeu Martins Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras da Sra. Marília Carvalho de Melo – Palavras do Sr. Carlos Eduardo Ferreira Pinto – Palavras do Sr. Wagner de Paulo Santiago – Palavras do Sr. Marco Aurélio Crocco Afonso – Palavras da Sra. Michelle Simões Reboita – Palavras do Sr. Bernardo Campolina – Palavras da Sra. Ana Paula Mello – Palavras da Sra. Cleia de Fátima – Palavras do Sr. Marcus Vinícius Polignano – Palavras da Deputada Leninha – Palavras do Deputado Tito Torres – Palavras da Deputada Beatriz Cerqueira – Palavras do Deputado Doutor Jean Freire – Palavras do Deputado Alencar da Silveira Jr. – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Alencar da Silveira Jr. – Beatriz Cerqueira – Bosco – Coronel Sandro – Delegado Christiano Xavier – Doutor Jean Freire – Gil Pereira – Lohanna – Macaé Evaristo – Mauro Tramonte – Professor Cleiton – Ricardo Campos – Rodrigo Lopes – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião a marcar o lançamento e o início dos trabalhos do seminário técnico “Crise climática em Minas Gerais: desafios na convivência com a seca e a chuva extrema”, que tem como objetivo geral elaborar uma agenda para atuação da Assembleia em relação aos desafios da crise climática em Minas Gerais, promovendo um amplo espaço de discussão e de proposição de subsídios para aperfeiçoar e fiscalizar as políticas públicas relacionadas à convivência com a seca e ao enfrentamento das inundações no território mineiro.

Composição da Mesa

O presidente – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; os Exmos. Srs. Wagner de Paulo Santiago, reitor da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, representando todas as universidades e institutos federais parceiros deste seminário; e Marco Aurélio Crocco Afonso, diretor-presidente do Parque Tecnológico de Belo Horizonte – BH-TEC; as Exmas. Sras. Michelle Simões Reboita, professora do curso de ciências atmosféricas da Universidade Federal de Itajubá, doutora em meteorologia pela Universidade de São Paulo – USP – e integrante do grupo de pesquisa em meteorologia tropical da Organização Meteorológica Mundial; Ana Paula Mello,

engenheira ambiental, assessora de sustentabilidade da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais e integrante dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos e das Comissões Nacionais de Meio Ambiente e de Irrigação; e Cleia de Fátima, engenheira agrônoma, representante da articulação do semiárido mineiro e do programa Convivência com Semiárido, da Cáritas Diocesana de Araçuaí; e os Exmos. Srs. Bernardo Campolina, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, doutor em geografia pela USP e vice-diretor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG; Marcus Vinícius Polignano, médico sanitário, mestre em epidemiologia pela UFMG, coordenador do Projeto Manuelzão, professor aposentado de medicina preventiva e social da UFMG; e Carlos Eduardo Ferreira Pinto, promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente.

Registro de Presença

O presidente – Agradeço a presença da representante da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Ellen Lucy Tristão, e da Larissa Bianca Souza, que representa o grupo de estudo dos povos indígenas de Minas Gerais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Agradeço a presença, ainda, do Anderson Alvarenga, que representa o Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, campus Unai.

Quero agradecer aqui a presença da Juliana Nazaré, representando a Universidade Federal de Minas Gerais; Natália Mol, representando o Observatório das Metrôpoles, da Universidade Federal de Minas Gerais, da mesma forma. Cumprimento o diretor-geral do Idene, Carlos Alexandre, que também se faz presente; e o superintendente da Codevasf, Antônio Romeu Pereira Souto Filho – obrigado pela presença também –, órgão importante do governo federal.

Quero agradecer a presença da Leidivan Frazão, representando o Instituto de Ciências Agrárias do Campus Avançado da UFMG de Montes Claros; do Benedito Cláudio, representando o Instituto de Recursos Naturais da Universidade Federal de Itajubá; e, da mesma forma, da Ana Carolina, representando também o curso de ciências atmosféricas de Itajubá; do Raul de Magalhães, representando o curso de geografia da nossa PUC Minas; da Flávia Viegas, representando a Fiemg; e do Henrique Soares, representando também a Faemg – obrigado pela presença.

Quero cumprimentar e agradecer pela presença: a Eliane, da Fetaemg; a Simone, do Consea. Nós temos vereadores presentes da Câmara de Indianópolis, de Almenara, enfim, obrigado. Passou por aqui também o ex-deputado desta Casa e atual deputado federal Rogério Correia – muito obrigado também pela presença.

Eu quero agradecer a presença aqui do Vitório, da Emater, e do Pedro Ribeiro, da Seapa. Obrigado pela presença neste nosso seminário.

Exibição de Vídeo

O presidente – Quero convidar a todos a assistir a um breve vídeo feito pela TV Assembleia, que mostra a importância da discussão desse tema que vamos iniciar neste momento aqui na Assembleia.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Presidente

O vídeo que acabamos de assistir deixa clara a gravidade dos desafios que vivemos. Os extremos climáticos provocados pelo aquecimento global são a maior ameaça já enfrentada pela humanidade e em toda história. De acordo com os cientistas, o que está em jogo é a nossa sobrevivência. Entre outros fenômenos, são resultados desse aquecimento as secas mais prolongadas e as chuvas mais intensas. Aparentemente antagônicas, a chuva e a seca convergem para formar um panorama desafiador. Vivemos uma nova época em que o homem interfere na natureza mais do que os fenômenos naturais e teremos de conviver, portanto, por muito tempo com essa realidade e suas consequências. É daí que surge a expressão convivência.

Segundo dados da Organização Meteorológica Mundial, o ano de 2023 foi o mais quente de todos os tempos. O Brasil também registrou a maior temperatura da história no ano passado. Minas Gerais foi o Estado que mais esquentou e Belo Horizonte, a capital que mais aqueceu no País. Das 20 cidades com maior aumento de temperatura, uma está na Bahia e as outras 19 estão em Minas, quase todas no Norte e no Jequitinhonha. A crise climática tem afetado seriamente a saúde pública, a habitação e a segurança hídrica da população, assim como a capacidade de produção de alimentos, o que prejudica principalmente as populações mais vulneráveis. Perdas com a estiagem, por exemplo, no Norte, Nordeste e Noroeste de Minas afetaram mais de 320.000 produtores no fim do ano passado e comprometeram o abastecimento de água de quase 80% das propriedades rurais. Ao mesmo tempo, em outras regiões do Estado, milhares de pessoas ficaram desabrigadas ou desalojadas e diversos municípios decretaram estado de emergência ou calamidade pública em função de desastres causados pelas chuvas.

A dívida pública de Minas com a União continua sendo ainda o grande desafio do nosso Estado e, na minha opinião, o principal problema que ainda temos que enfrentar. Estamos no caminho de conseguir essa solução final. A busca por essa solução definitiva para o pagamento dessa dívida ainda é a nossa prioridade, mas este Parlamento não pode fechar os olhos para outros problemas que esse cenário climático impõe a todos os mineiros. Dessa forma, a Assembleia de Minas apontou também, como uma das suas missões fundamentais para 2024, a preparação de uma agenda de políticas públicas necessárias à convivência com os efeitos da seca e da chuva extrema. Diante de tão grande problema, todos precisam repensar suas responsabilidades. Precisamos buscar ações estruturantes e coletivas tanto governamentais quanto comunitárias. Essa é uma questão assumida pelo Parlamento Mineiro.

Dados do IBGE deste ano mostram que os números de municípios mineiros que compõem o semiárido saltou de 97, deputado Gil, pra 217 na última década, o que significa que mais cidades passaram a conviver com altas temperaturas, poucas chuvas e a escassez hídrica. A falta de chuva vem acumulando prejuízos nas lavouras e na pecuária do Norte de Minas, desde 2011. E vale lembrar também o episódio da seca no Sul e no Sudoeste do Estado que castigou, caro Rodrigo, os cafeicultores dessas regiões em 2020.

As inundações e grandes enxurradas decorrentes das chuvas intensas causam problemas na cidade e também no campo, principalmente em áreas malplanejadas e de ocupação equivocada, causando destruição de vidas e de patrimônio. Em síntese, estamos frente a frente com um cenário muito preocupante, mas, por outro lado, precisamos lembrar do que disse o nosso naturalista David Attenborough: “Nunca tivemos tamanha consciência do que estamos fazendo com o planeta e jamais tivemos tanto poder para fazer algo sobre isso”. Muitas soluções já foram pensadas e repensadas, desde os sistemas domésticos de acumulação de água de chuva até as soluções tecnológicas mais complexas, mas, nesse contexto em que os fenômenos tecem uma teia interconectada de problemas, as respostas demandam esforços coordenados entre o governo, o setor privado e a sociedade civil.

E, nesse sentido, a Assembleia de Minas está engajada a cumprir o seu papel institucional com grau de inovação que a questão demanda e a lei determina. Ao lado de mais de 60 instituições, universidades e lideranças, unindo esforços com pesquisadores do tema, órgãos públicos e entidades, estamos iniciando uma discussão técnica aqui nesta Casa que será ampliada e discutida com cinco encontros no interior do nosso Estado, nas regiões Norte, Noroeste, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Zona da Mata e Sul de Minas para reunir propostas de ação.

Para além de todas as discussões já realizadas na Assembleia, por meio do trabalho diário dos deputados e das deputadas, a quem eu quero agradecer, mais uma vez, o trabalho incansável que fazem neste Parlamento através das nossas comissões temáticas, das audiências públicas e de fóruns já realizados sobre o tema, vamos aprofundar nossa abordagem, tornando-a mais ampla e compartilhada. Ao final deste trabalho, que está sendo de construção coletiva, esperamos receber um relatório contendo diretrizes e sugestões a fim de nortear a elaboração de uma agenda para a atuação efetiva da Assembleia para a convivência com os fenômenos climáticos extremos. Nosso horizonte de atuação abrangerá a revisão das normas vigentes, a elaboração de novas leis e, sempre, a promoção de novos debates com os setores afetados da sociedade. Queremos reunir também demandas e propostas para o

aperfeiçoamento de políticas públicas a serem apresentadas aos Executivos Federal e Estadual, ou mesmo em colaboração com os Poderes municipais, que sejam objeto de fiscalização e monitoramento desta Casa.

Sabemos que o estímulo à pesquisa e à inovação para o desenvolvimento de culturas mais resistentes à seca é fundamental na construção de sugestões mais estruturantes e perenes, e não apenas emergenciais. Por isso, quero aproveitar a oportunidade e anunciar que vamos contar, de maneira inédita, com uma parceria com o Parque Tecnológico de Belo Horizonte – BH-TEC – e aqui eu quero agradecer ao nosso presidente Marco Aurélio Crocco – para identificar, selecionar e fomentar projetos de *startups* que apresentem ideias e iniciativas empreendedoras, soluções científicas e tecnológicas de impacto social, a fim de prever, evitar ou minimizar as causas ou os efeitos das mudanças climáticas no território mineiro. Enfrentar a mudança do clima é uma oportunidade, pois significa mobilizar a sociedade para a adoção de boas práticas e de políticas mais efetivas. Acreditamos que, juntos, como cidadãos comprometidos, líderes responsáveis e defensores do meio ambiente, podemos transformar os obstáculos em oportunidades, construindo um legado de sustentabilidade para as gerações futuras.

Finalizo parafraseando o também mineiro Ailton Krenak, filósofo, poeta e ambientalista, que nos convida, com sua dança das palavras, a pisar suavemente na terra. Que um grito de urgência ecoe em nossas consciências e que este seminário que iniciamos hoje nos mostre que existem outras formas de existir e caminhar no mundo. Que sejamos protagonistas de um futuro possível.

É dessa forma que eu gostaria de fazer a abertura e o início deste trabalho deste seminário técnico tão importante para a nossa Casa. Mãos à obra. E vamos iniciar o nosso trabalho.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – Eu quero apenas explicar rapidamente como vamos fazer a dinâmica hoje. Nós vamos escutar a nossa secretária de Meio Ambiente; depois, o Carlos Eduardo, representando o Ministério Público. Logo após, nós vamos dar início à palestra principal que nós teremos nesta manhã de hoje. Depois, teremos a interação de quatro debatedores, que já se fazem presentes aqui, na nossa mesa. Após isso, os deputados presentes estarão também à disposição, poderão fazer os questionamentos às suas falas nesta manhã de hoje para que a gente comece este dia, este seminário de uma forma tranquila, mas também mostrando a todos a importância desse tema. Na parte da tarde, aí sim, começarão a se reunir os grupos de trabalho, os grupos temáticos, a partir das 14 horas, aqui, no Parlamento, no auditório José Alencar. Este será o primeiro dia, o primeiro momento desta nossa reunião, mas, ao longo do ano deste primeiro semestre, nós teremos diversas outras interações, encontros, construções não só aqui, no Parlamento, mas, como eu disse, em outras cinco oportunidades no interior do nosso estado.

Palavras da Sra. Marília Carvalho de Melo

Muito bom dia a todos e a todas. Cumprimento o deputado Tadeu, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Presidente, queria iniciar esta fala parabenizando-o por esta brilhante iniciativa. É muito importante que a gente tenha aqui, na Assembleia Legislativa, um espaço de discussão para enfrentamento dos impactos que nós já estamos vivendo com a mudança do clima.

Quando falávamos sobre a mudança do clima há algum tempo, parecia algo distante das nossas realidades. E nós temos vivenciado, sentido a cada dia que isso não mais faz parte de um problema futuro, mas de um problema presente, que nós precisamos atacar e para o qual precisamos trabalhar em políticas públicas, em bases legislativas, a fim de mitigar os efeitos do que nós já estamos vivendo. E também que a gente tenha um trabalho e uma política pública estruturantes para o futuro.

Eu, inclusive, presidente, queria lhe dizer que, em 2022, ainda na legislatura passada, nós encaminhamos – e eu tenho agora certeza de que, com a sua sensibilidade e liderança, nós vamos conseguir levar à frente – uma proposta de projeto de lei, o Projeto de Lei nº 3.966/2022, anexado ao nº 723/2015, porque Minas Gerais ainda não tem uma política de mudanças climáticas estabelecida. Eu

tenho certeza de que, com a sua liderança e a sua visão, nós poderemos ter esse instrumento legislativo para nos dar a condição de avançar ainda mais nas políticas públicas sobre a mudança do clima.

Nós, há algum tempo, resgatamos – desde 2022, para ser mais precisa – a agenda do clima como uma agenda central no Estado de Minas Gerais, no governo de Minas Gerais. Fomos o 1º Estado da América Latina e do Caribe a assumir o compromisso da campanha “Race to zero”, comprometendo-nos à neutralidade entre emissões e capturas de gás de efeito estufa até 2050. Depois desse momento, já estamos fazendo diversas ações práticas. Iniciamos, presidente – aqui também queria parabenizá-lo –, o nosso trabalho primeiro entendendo qual era o problema com que nós precisávamos lidar, atualizando o nosso inventário de gás de efeito estufa. Por que eu quero parabenizá-lo? Porque a composição deste seminário é muito precisa e muito assertiva, trazendo a academia e os cientistas para a gente discutir, com base técnica, as soluções. E nós iniciamos, então, com a atualização do nosso inventário. Concluimos, no ano passado, o nosso Plano de Ação Climática, que já está em execução e em monitoramento constante em várias áreas de governo, porque a mudança do clima não é uma agenda de meio ambiente apenas, é uma agenda intersetorial que impacta na saúde.

Nós estamos vivendo agora a questão da dengue, presidente, aqui no Estado de Minas Gerais. Se a gente estudar um pouco, a gente verá que a mudança da temperatura acelera a reprodução dos mosquitos da dengue. Então precisamos dessa visão sistêmica em todas as políticas públicas para que a gente possa ter, de fato, o nosso plano implementado.

Além disso, presidente, mais com foco no que você nos traz, temos os eventos hidrológicos extremos, que é o nosso grande problema e hoje o que a sociedade tem sentido na pele. Estou aqui acompanhada do Marcelo, que é o nosso diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, e do Diogo, nosso subsecretário de Gestão Ambiental. Nós, do Igam, presidente, estamos trabalhando, finalizando, neste ano, nosso plano de segurança hídrica para o Estado de Minas Gerais. Definimos as bacias prioritárias, e aqui destaco o que foi dito tanto no vídeo quanto na sua fala. Nossa avaliação de vulnerabilidade à mudança do clima demonstra que o Norte de Minas e o Jequitinhonha são as áreas mais impactadas do Estado de Minas Gerais. Nós temos de ter soluções concretas para isso. Com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas, nós estamos trabalhando infraestrutura hídrica, integração de infraestrutura construída com infraestrutura verde para a gente lidar com aquela região que naturalmente já sofre muito com a questão da seca, e agora, de uma maneira mais severa, a partir da mudança do clima.

Na perspectiva oposta, há as enchentes urbanas que nós estamos vivenciando também nos últimos anos, no Estado de Minas Gerais, com perdas físicas e, em alguns momentos, perdas de vidas. Precisamos, junto com os municípios, fazer uma discussão do uso de ocupação do solo. Também podemos fazer a discussão, junto com o Corpo de Bombeiros e com a Defesa Civil, numa ação de prevenção e de resposta rápida para que a gente possa proteger a nossa população.

Então, presidente, queria, mais uma vez, parabenizar V. Exa. por esta iniciativa. Sei que não seria diferente. Eu o conheço há algum tempo. Isso traz para a gente, do ponto de vista de políticas públicas, um alento muito grande de ter a Assembleia conosco nesta pauta, para que a gente avance e entregue resultados efetivos para a nossa sociedade. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Carlos Eduardo Ferreira Pinto

Bom dia a todos e a todas presentes. Sr. Presidente, gostaria, na pessoa de V. Exa., de cumprimentar todos os componentes da Mesa. Quero agradecer o convite e dizer que este encontro hoje, aqui, não é apenas um projeto, um seminário. Eu vejo aqui um legado. Acho que o senhor, com sua capacidade e visão, iniciou aqui um legado para o povo mineiro. Não tenho dúvida de que esse é o tema atual e o tema do futuro.

Queria cumprimentar todos os deputados, os queridos amigos e amigas com os quais já tive oportunidade de falar agora há pouco, na pessoa do meu querido amigo Tito Torres, presidente da Comissão de Meio Ambiente, que tem feito um trabalho, presidente, de equilibrista. Para ser presidente da Comissão de Meio Ambiente, tem que ser equilibrista, Tito. É preciso equilibrar

entre o desenvolvimento, a proteção, a segurança. O Tito tem feito um trabalho espetacular na condução da nossa comissão. É um orgulho tê-lo como parlamentar nesta comissão, Tito, trazendo tantos benefícios para o povo mineiro.

Queria também cumprimentar a secretária de Estado, Marília. Na pessoa dela, cumprimento todos os membros do Sisema que fazem, do seu trabalho diário, vocação em defesa do meio ambiente. Aproveito, Marília, este momento para, publicamente, fazer um desagravo a V. Exa. pelas ameaças covardes que a senhora enfrentou ultimamente, neste mês das mulheres. É intolerável que, num Estado democrático, agentes públicos possam sofrer esse tipo de pressão. Então fica aqui o registro do Ministério Público, a solidariedade a você e à sua família para que atos como esses não venham a ocorrer novamente.

Quero dizer que o Ministério Público vai, mais uma vez, junto com a Assembleia, contribuir, participar e também trazer contribuições para este importante tema, presidente. Parece-me que os efeitos das mudanças climáticas serão sentidos primeiro pelos mais vulneráveis. É importante que o Estado de Minas seja pioneiro na iniciativa da construção de políticas públicas e, sobretudo, de uma legislação que nos permita atuar de maneira efetiva, de forma a garantir esse equilíbrio entre a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento econômico do nosso estado e a segurança das populações. Contem com o Ministério Público de maneira integral, incondicional, porque, de forma integrada, articulada e estratégica, as instituições poderão colaborar, e muito, com o futuro do nosso estado. Muito obrigado.

O presidente – Passo a palavra, neste momento, para o magnífico reitor da Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes, neste ato e neste momento representando todas as universidades e institutos federais parceiros deste seminário técnico. Posso dizer aqui que são em torno de 10 universidades e institutos parceiros, e o Prof. Wagner vai fazer uso da palavra representando todos eles. Com a palavra, Prof. Wagner.

Palavras do Sr. Wagner de Paulo Santiago

Bom dia a todos e a todas. Satisfação estar aqui com vocês. Quero parabenizar esta Casa, na pessoa do nosso presidente, deputado Tadeuzinho, pela iniciativa brilhante de discutir um tema de tão importante relevância. Quero saudar as deputadas, me permitem, na pessoa da deputada Leninha; e os deputados, na pessoa do deputado Gil Pereira. Muito obrigado e parabéns pelo trabalho que vocês têm feito. Quero saudar os professores, os servidores, os alunos da Unimontes e de todas as universidades que se debruçam sobre esse tema, em nome da Profª. Dora, nossa pró-reitora de pesquisa; do Prof. Mauro e do Prof. Marcos.

Eu fiquei muito sensível quando o deputado Tadeu nos convidou para fazer parte deste importante projeto, desta importante discussão e dizer que a academia se preocupa com este tema. Especialmente no caso da Unimontes, é algo que nos afeta diretamente, uma vez que a Unimontes está na área de abrangência com o Norte de Minas, o Vale de Jequitinhonha, áreas que têm sofrido esse impacto. Duas importantes notícias a esse respeito, deputado Tadeu, que a gente precisa dar: primeiro, que a Fapemig nos convidou para que criássemos um centro de excelência em pesquisa em determinada área, se a Unimontes poderia. E nós não hesitamos quando entendemos que tínhamos que criar um centro de excelência no semiárido. Discutir o semiárido norte mineiro especialmente e nas mais diversas nuances, desde a questão ambiental, agrícola, mas também social. Então nós vamos criar esse centro, os pesquisadores já estão se debruçando sobre isso, e eu tenho certeza de que nós teremos frutos muito importantes.

Outra importante notícia que a gente gostaria de compartilhar com os senhores e com as senhoras é que o Ministério Público de Minas Gerais, através da Plataforma Sementes e a nossa fundação de apoio, a Fadenor, conseguiu recursos para colocar em funcionamento o barco Opara. É um barco que estava, há alguns anos, sem utilização, e nós vamos colocá-lo para navegar no Rio São Francisco, onde serão feitas pesquisas. E o mais importante é que, além da pesquisa de olhar a qualidade da água, olhar o Rio São Francisco, com a participação das comunidades ribeirinhas, que vão monitorar para a gente e vão mostrar o que estão sofrendo com a degradação do Rio São Francisco.

Então, parabéns mais uma vez pela iniciativa. Contem sempre com a nossa Unimontes.

O presidente – Obrigado, Prof. Wagner. Agradeço muito a participação também da Unimontes com outras universidades e institutos neste importante evento da Casa.

Palavras do Sr. Marco Aurélio Crocco Afonso

Bom dia. Bom dia, presidente Tadeuzinho – desculpe-me por quebrar o protocolo, mas a gente já foi colega de governo, etc. e tal. –; secretária Marília, na pessoa da qual saúdo os demais membros da Mesa; senhores presentes e deputados.

Bom, eu vou ser rápido aqui. Gostaria de ressaltar não só a iniciativa que a Assembleia está tendo em discutir, mas também a importância que tem essa primeira parceria com o parque tecnológico. Tenho certeza, Tadeu, que é uma parceria inédita para o Legislativo brasileiro. Quer dizer, essa parceria começa capitaneada pela presidente da Comissão de Ciências e Tecnologia, deputada Beatriz Cerqueira, que, desde do ano passado, tem buscado aproximar a Assembleia não só da academia, mas também e principalmente com os ambientes de inovação, parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras. E traz nessa iniciativa uma característica para a atuação da Assembleia que, além de discutir e propor, também tem uma atuação local, buscando soluções tecnológicas para a questão climática. Não só soluções tecnológicas, mas também soluções tecnológicas que empoderam a economia local, criam oportunidades para o empreendedorismo para soluções locais.

Porque esta é uma questão central que a mudança climática e principalmente a transição climática tem que enfrentar, que é a possibilidade de uma transição justa. A mudança climática afeta de uma forma desproporcional não só regiões que poluem. As regiões que poluem são as que menos sofrem as consequências da poluição e da mudança climática, mas também a busca por soluções deve passar para não reproduzir nessas regiões os mesmos problemas que têm. Minas Gerais é o Estado que sofre mais. O Tadeu já deixou claro aqui o número de cidades que sofreram – das 19 cidades que mais esquentaram no ano passado, 18 são do Vale do Jequitinhonha –, mas também é o Estado que tem grandes oportunidades e uma importância significativa no processo de transição. É o Estado que tem reservas de terras raras significativas e é o Estado que tem incidência solar significativa também. Então nós estamos nos dois lados da moeda. Que não só busquemos soluções tecnológicas, não só busquemos soluções para adaptação para poder enfrentar os efeitos climáticos, mas também evitemos que essas soluções não reproduzam problemas do passado. Lítio é também mineração, e nós temos que tomar cuidado para fazer uma mineração justa também. As fotovoltaicas dependem de espaço de terra, e nós temos que nos preocupar para que a ocupação de terra também não gerem problemas sociais.

Então tudo isso está colocado e, mais uma vez, o BH-TEC se apresenta. Obrigado pelo convite. O BH-TEC é um locus de articulação entre um ambiente acadêmico e um ambiente produtivo, e nós estamos aqui para tentar contribuir nessa iniciativa pioneira da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, volto a insistir, de entregar alguma coisa mais efetiva para o desenvolvimento local, além de uma legislação. Obrigado a todos.

O presidente – Obrigado, Prof. Marco Aurélio Crocco. Vai ser muito importante essa parceria com o BH-TEC. Como você de fato disse, talvez, primeira Assembleia... é uma inovação que nós estamos fazendo também aqui nesta Casa. Muito obrigado por essa parceria.

Palavras da Sra. Michelle Simões Reboita

Bom dia a todos e a todas presentes nesta Casa; bom dia aos nossos telespectadores. Eu vou conversar com vocês um pouco sobre o que são as mudanças climáticas, as evidências e as projeções para o Estado de Minas Gerais. Vou dar início agora à reprodução do material.

– Procede-se à exibição de slides.

A Sra. Michelle Simões Reboita – Como eu disse para vocês, a ideia é passar um panorama do que o Estado vem já sofrendo e o que se espera para o futuro. No final da apresentação, eu vou trazer sugestões para serem implementadas em modo de mitigação e adaptação para a gente tentar melhorar a vida da sociedade.

Eu começo introduzindo um pouco da física das mudanças climáticas. Como tudo começa? Tudo começa com o desenvolvimento da máquina a vapor, lá na Primeira Revolução Industrial. Com isso, a concentração de gases na atmosfera começou a aumentar. A criação da máquina a vapor foi importante. Quais os impactos disso para a humanidade? A gente sabe que foi o desenvolvimento. A partir daí, nós tivemos um rol em várias áreas de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a gente tem uma alteração na atmosfera.

Quando a gente pensa em injeção, em introdução de gases na atmosfera, a gente pode começar pensando no dióxido de carbono – CO₂. Antes e no início da Revolução Industrial, a concentração desse gás era de 278 partes por milhão, o que a gente chama de PPM. Hoje a concentração é de 425 partes por milhão. A figura que eu projeto para vocês, o globo com uma estrelinha verde no meio é onde está situada a ilha de Mauna Loa, onde existe uma estação de monitoramento de CO₂ que está bem distante dos grandes centros industrializados. A curva registrada é a que está acima do globo. Nós vemos o quê? Um aumento nessa concentração com o passar do tempo. Comparando-se o início da Revolução Industrial e hoje, a concentração de CO₂ é 50% maior. O dado de 425 partes por milhão foi o registro do mês de fevereiro deste ano.

Aí vem mais uma pergunta: quais as consequências do aumento da concentração de CO₂ na atmosfera? O que vai acontecer? Bom, se aumenta a concentração de gás, que é o gás de efeito estufa – eu vou explicar daqui a pouquinho –, a gente vai ter o quê? Mudança na composição química da atmosfera. Mudando a composição química, vai aumentar o quê? O efeito estufa, que, por sua vez, vai contribuir para o aumento da temperatura. Isso tudo leva aos distúrbios de tempo e clima, aos eventos extremos.

Aí vem a questão para vocês: o que é o tal do efeito estufa de que todo mundo fala e que todo mundo relaciona com a mudança no clima e aumento de temperatura? Efeito estufa é um efeito natural que existe desde a criação do planeta, desde o aparecimento do planeta, porém, ele é intensificado pelas atividades humanas, pelas atividades antrópicas.

Aqui eu vou explicar uma pequena parte de física da atmosfera. A radiação que o sol emite e chega ao nosso planeta não é absorvida, na sua maior parte, pelos gases na atmosfera; ela primeiro adentra, aquece a superfície do planeta; a superfície altera essa radiação e reemite. A energia que entra no planeta tem que sair. Se não tivesse esse balanço, a gente teria um superaquecimento. Mas o que acontece? Existem os gases, que gostam da energia emitida pela superfície do planeta. Essa energia fica na atmosfera e é reemitida para a superfície. Logo, a gente ganha energia tanto diretamente do Sol quanto da atmosfera, que recebe a energia convertida pela superfície. Quanto mais gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono, o metano, nós vamos ter o quê? Um aumento desse processo de absorção na atmosfera e reemissão para a superfície. É o que mostra essa figura que está sendo projetada. Vocês podem observar no lado com o laranja mais claro que existe a entrada de energia, a saída e a reemissão para a superfície. Porém, esses processos são mais acentuados no lado, onde está o laranja mais escuro.

Como eu disse para vocês, é um efeito natural, mas amplificado pelas atividades antrópicas. Se nós não tivéssemos gases na atmosfera, nós não teríamos o efeito estufa, e a temperatura média do planeta seria de -18°C, o que não é muito agradável para a vida. Já com o efeito estufa, nós temos uma temperatura média de 13,7°C – isso em 1900. Se vocês forem observar as medidas e as médias para o período atual, verão que nós estamos com uma média global de 14,8°C, o que implica um aumento médio de 1,1°C. Vocês podem pensar: “Poxa, 1,1°C! Isso não é nada”. Não. Isso é muita coisa, porque esse aumento não é homogêneo em todas as regiões. Existem regiões que estão aquecendo muito mais que outras, sendo muito mais impactadas. Isso é um problema. Se é um problema, o que acontece? O que ocorre no nosso planeta se ele estiver mais quente? Eu elenquei algumas coisas básicas para a gente. Quando o ar está mais quente, ele tem maior capacidade de manter vapor na atmosfera, e vapor é um gás de efeito estufa também. Se o vapor é um gás de efeito estufa, imaginem as atividades humanas injetando, injetando CO₂. A temperatura é maior, podendo absorver mais, manter mais vapor d’água, que é outro gás de efeito estufa. Isso gera um efeito de retroalimentação. Maiores serão as temperaturas, porque o efeito estufa é intensificado.

O que a gente espera então? Aumento das temperaturas. E a distribuição das chuvas, no Globo, não são homogêneas. Há regiões em que as precipitações vão aumentar, como no Sudeste da América do Sul. Quando falo de Sudeste da América do Sul, falo da Região Sul do Brasil, do Uruguai, do Norte da Argentina. Na região Amazônica, a gente espera redução das chuvas. Tudo isso também será atrelado a eventos extremos, eventos extremos de tempo e de clima. Por que apresento uma interrogação ao lado das palavras “tempo” e “clima”? Por que há uma diferenciação. Quando nós falamos de tempo, nós falamos de eventos de curto período. Hoje, se vocês saírem desta sala e olharem para o céu, a gente está falando de tempo. Se eu quero saber se a próxima estação do ano vai ser mais chuvosa ou mais seca do que a média, do que o padrão, nós estamos falando de clima. E, em termos de eventos extremos, eventos extremos de tempo são aqueles associados com chuvas muito intensas num único dia. Por exemplo, quando a gente fala de eventos extremos de clima, eu estou falando de uma seca prolongada, de uma onda de frio, de uma onda de calor. Então nós temos de ter conosco o significado dessas palavras.

E tudo isso de que estou falando para vocês impacta diretamente em quê? Na sociedade. Em toda a sociedade, infelizmente quem sofre mais são os menos favorecidos, a classe mais pobre. Quero fazer uma analogia aqui com vocês antes de passarmos para as evidências. Suponhamos que você esteja doente e tenha febre. A febre vai levar a um aumento da sua temperatura corporal. O seu corpo vai reagir de alguma forma, com dores, com dores na cabeça. Para o nosso planeta, considero o aumento da temperatura como febre. Os distúrbios, as alterações são os eventos extremos, e esses são os mais danosos para a sociedade.

Agora eu passo para a segunda parte desta conversa, desta apresentação, que são as evidências e os impactos das mudanças no clima aqui no Estado de Minas Gerais. Eu vou fazer uma apresentação focada no nosso estado. Vou discutir algumas evidências na temperatura do ar e nos extremos, extremos de ondas de calor, frio, seca e chuvas. Isso vai bem em linha com o que foi apresentado no vídeo a que nós assistimos na abertura desta solenidade.

Começo mostrando para vocês a curva ou a evolução mensal da temperatura do ar em diferentes anos. O eixo “x” dessa figura são os meses do ano, iniciando em janeiro e terminando em dezembro, e a curva em vermelho, mais acima, é a média da temperatura, mês a mês, em 2023. No ano de 2023, tivemos registros históricos. Foi o ano mais quente desde que a gente faz as medições de temperatura no Globo. Se formos comparar a temperatura de 2023 em relação ao período de 1850 a 1900, perceberemos que tivemos um aumento, uma anomalia. Quando a gente compara um dado período com uma climatologia, a gente chama a isso de anomalia. Essa anomalia foi de 2°C. Gente, 2° é muito! Nós falamos hoje que a média da temperatura do planeta não pode ultrapassar 1,5°C. Por quê? Porque vamos ter efeitos irreversíveis, como degelo das regiões polares, da Groelândia. E vejam: 2023 foi 2°C mais quente. A gente não pode manter isso pelos próximos anos.

E aí vocês devem se perguntar: “Poxa, ela está mostrando 2023, mas nós estamos em 2024. Já passou janeiro, já passou fevereiro. E aí, o que aconteceu nesses meses?”. Comparem as temperaturas médias do Globo nos meses de janeiro e fevereiro. Elas foram ainda maiores que as do ano de 2023. Será que essa tendência ainda vai ser observada nos próximos meses? Será que 2024 vai ser o recorde? Provavelmente sim. Quando pensamos no clima, além do aquecimento global, nós temos outros elementos, outros modos de variabilidade. O fenômeno El Niño, que é um aquecimento natural, que não é causado pelo homem, no Oceano Pacífico ajuda também a aumentar as temperaturas. Como esse evento El Niño ainda vai continuar até o início do inverno, provavelmente 2024 vai ter recorde nos nossos registros.

Itajubá é um município mineiro localizado no Sul do Estado. Ele seguiu o padrão global. A curva em verde é o ano de 2023. A chuva está mostrada em barrinhas. Estou olhando para as linhas. A linha verde indica, mês a mês, a temperatura média, e a linha em roxo indica climatologia, uma média de longo período. Desde julho, as temperaturas no Município de Itajubá excederam mais de 1°C. É a média climatológica. E em 2024? Gente, 2024 também está mostrando a mesma tendência.

Eu trouxe os dados aqui. Em janeiro, nós tivemos 22,9°C em média, enquanto a climatologia desse período é de 22,8°C. Então tivemos 0,1°C de aquecimento. Só que em fevereiro o aquecimento foi maior. Enquanto a média climatológica é 22,9°C, a

média do mês de fevereiro foi de 23°C. E essa tendência também ocorreu nos outros municípios. Como apresentado no vídeo a que nós assistimos, 2023 foi o ano recorde no aquecimento, e o Estado de Minas Gerais foi um dos mais afetados. Dos 20 municípios mais quentes do país, 19 foram de Minas Gerais. Um destaque para a Cidade de Araçuaí, que está distante a quase 600km de Belo Horizonte. No dia 19 de novembro de 2023, ela registrou a maior temperatura já observada não só no Estado, mas no País, com 44.8°C. Vocês devem estar se perguntando: “Ah, mas, às vezes, aparece na televisão que a Cidade do Rio de Janeiro mostra temperaturas de 50°C”. Gente, aqueles são termômetros não oficiais! Aqui eu estou falando de um dado oficial do Instituto Nacional de Meteorologia.

Passamos então para as ondas de calor. O que são ondas de calor? Essas ondas se devem à estagnação do escoamento atmosférico. Pensem nos ventos: quando há uma região em que os ventos estão na calmaria e há predomínio de alta pressão – as minhas figuras coloridas em vermelho querem dizer isso: domínio de alta pressão –, você tem uma dificuldade de ocorrência de nuvens na região. Quando a gente olha essa informação em imagens de satélite – como mostrado na figura ao lado esquerdo da tela aqui –, vocês observam uma região preta na imagem de satélite que é a ausência de nebulosidade, ausência de nuvens e chuva. As ondas de calor então são devidas à estagnação do escoamento, e muitos processos ajudam à formação dessas ondas. Quando nós temos ondas de calor, os termômetros registram temperaturas elevadíssimas.

Eu trouxe alguns recortes, algumas notícias da mídia associadas aos extremos para vocês terem a informação. Essa notícia de 2023 diz: “Minas Gerais enfrenta a terceira onda de calor histórica, e temperaturas podem ultrapassar os 44°C”. “O Brasil sofreu com nove ondas de calor no ano de 2023.” E, associadas a essas ondas de calor, também há condições mais propícias para o alastramento dos incêndios. E eu estou falando de incêndios... Quando a gente vê na vegetação, quando vocês observam queimadas na estrada, a maioria dos casos – posso dizer que 99.9% – não é causada naturalmente, mas por intervenção humana. Períodos secos e quentes estão mais suscetíveis a queimadas, e essas queimadas normalmente são realizadas por intervenção humana. Está aqui o Corpo de Bombeiros que confirma a minha palavra em virtude dos dados que a gente tem.

Conhecendo um pouco da dinâmica das queimadas no Estado de Minas Gerais. Este é um estudo realizado pelo grupo de Ciências Atmosféricas da Unifei. Todos os estudos que são do nosso grupo, eu coloquei o símbolo da universidade. – vocês podem ver no canto inferior o símbolo. Os meses com maior número de queimadas... Aqui eu estou chamando de focos de calor porque nós utilizamos informação de satélites. E satélites não detectam especificamente a queimada em si, a temperatura em uma dada localidade, e nós chamamos de focos de calor. Os meses com maior número de focos de calor são setembro e outubro, não é justamente o inverno. É o final do inverno e início da primavera, por quê? Porque o solo ainda está seco. Embora na primavera inicie a estação chuvosa, o solo ainda necessita de mais água para ser abastecido. Então há um *delay* entre o inverno e o período de maior número de queimadas. E onde ocorrem essas maiores queimadas? Na figura ao lado, os mapas que vocês estão observando, a linha superior é para os meses de janeiro, fevereiro e março; segunda linha: abril, maio e junho; terceira linha: julho, agosto e setembro; e quarta linha: outubro, novembro e dezembro. Em relação a setembro, que está na terceira linha e outubro, que está na quarta linha, notem que há mais cor avermelhada nas imagens. No Setor Norte e Nordeste do Estado é onde se concentram os maiores números de incêndios no Estado.

Qual o impacto das ondas de calor para a saúde humana? Eu fiquei bastante feliz com a presença do nosso colega que trabalha com epidemiologia, no setor da saúde, porque ele pode discutir mais tarde os impactos desses eventos na saúde. Aqui eu trouxe alguns detalhes, alguns dados para vocês. Quando a gente é exposto ao calor excessivo, a transpiração do corpo é excessiva também, levando à desidratação. A gente pode ter exaustão, queda de pressão e inúmeros outros problemas. Existe um rol de estudos publicados e periódicos internacionais, como esse da Plos, que fez uma associação entre as ondas de calor e o risco de hospitalização no Brasil. Então existem muitos estudos associando ondas de calor e problemas na saúde.

Agora mudando para o tema de ondas de frio. Enquanto eu falei que ondas de calor é uma estagnação na circulação atmosférica, ondas de frio estão associadas com deslocamento das massas de ar frias que se deslocam lá das latitudes mais altas, próximas da Antártica, e vão migrando para o interior do nosso País. Esta imagem, embora muitas informações sejam apresentadas, mostra a evolução de uma onda de frio. Notem a coloração azul na imagem. À medida que o ar frio vai entrando, ele vai alterando a temperatura das latitudes mais centrais do País, tornando essas regiões frias. O gráfico que eu mostro não é a temperatura em si da massa, mas a diferença, a anomalia causada pelo ar frio ao entrar numa região mais quente.

E quais os impactos das ondas de frio para nós, para o pequeno agricultor? Isso é terrível porque causam danos irreversíveis em muitas culturas. Nós temos perdas de cafezais, nós temos perdas frutíferas e prejuízos econômicos altíssimos. Ondas de frio são também problema de saúde pública. Nós ficamos mais suscetíveis a quê? Às doenças respiratórias – o ar seco e frio favorece a transmissão dessas doenças. Pessoas em situação de rua, moradores de rua chegam a ir a óbito por causa do frio extremo. Essa notícia que eu coloquei no slide não é de Minas Gerais, mas, sim, de São Paulo, onde, no ano passado, nós tivemos vários óbitos de moradores de rua associados às ondas de frio.

Temos que pensar. Vejam, eu estou trazendo um rol de informações e mostrando em que as mudanças climáticas estão impactando: impactam as pessoas em situação de rua; impactam os agricultores, não só os grandes, mas também os pequenos, que são muito prejudicados. Se você gosta de praticar exercício físico, você não vai sair ao meio-dia para fazer uma corrida num período de onda de calor – você pode ter um estresse térmico e ir a óbito. Então são todos problemas gravíssimos.

Falando de secas, nós temos secas em diferentes escalas: secas meteorológicas, agrícolas e hidrológicas. A figura na tela exemplifica quando a gente faz os cálculos matemáticos para a caracterização das secas. Quando eu falo de seca meteorológica, eu estou falando de uma seca não muito extensa que ocorreu num dado mês. Quando eu falo de seca hidrológica, são aquelas que se estendem por mais de um ano, como aconteceu na Bacia do Paraná. O que essas secas causam? Bom, gente, temos vários exemplos aqui relativamente à agricultura. Na Bacia do Rio Paraná, o transporte foi prejudicado, o transporte parou. Nós temos também impactos das secas no clima local. O Norte de Minas Gerais tem clima semiárido. Se vocês olharem o inverno... Esse mapa mostra a climatologia do índice de aridez para cada estação do ano. O último gráfico, no fundo da tela, é a média anual. Se vocês olharem para o gráfico marrom, inverno, vocês notarão que o Norte do Estado tem clima árido no inverno. Agora vamos pensar: já é uma região árida. Se não chover nada, o que acontece? Com outros problemas associados ao tipo de solo, à topografia, nós vamos ser mais vulneráveis à desertificação. Inclusive eu trouxe para vocês as notícias de desertificação no semiárido nordestino nessa figura, que é do Ministério do Meio Ambiente – ela é um pouco antiga. Eu coloquei setas indicando as regiões Norte de Minas Gerais e Nordeste, que são extremamente vulneráveis à desertificação. Também existe esse estudo mais recente, que mostra o extremo norte, em cor laranja, sendo uma área muito vulnerável. Isso tudo associado a secas. Então, secas, prejuízos para agricultura; secas causando problema de desertificação, porque aquela região já é vulnerável e, com as secas, torna-se mais propícia ainda à desertificação.

Secas e geração de energia. Nosso país depende muito da geração associada à água, à energia hidrelétrica. Nós tivemos um caso em que a barragem de Três Marias ficou totalmente seca – as turbinas tiveram que ser desligadas. Então secas e problemas na geração de energia. E aí é um caos, porque período seco, em geral, é quente ao mesmo tempo. Acontecendo isso, nós temos mais pessoas usando climatizadores, ventiladores, e mais energia sendo consumida. Então é uma bola de neve.

Problemas associados à combinação de, ao mesmo tempo, ondas de calor e secas. Onde, na Região Sudeste, a gente tem mais esses episódios? Olhem este mapa: ele indica que o centro e o Sudeste do Estado – tudo o que está em cor avermelhada – são as regiões que mais sofrem, as que tiveram aumento desses eventos combinados ao longo dos anos.

Agora vamos passar para o problema com as chuvas. Chuva é um evento extremo de tempo. Chuvas intensas podem causar o quê? Alagamentos. Esse é o caso, por exemplo, da cidade de Itajubá. A figura do meio mostra uma chuva muito intensa que nós tivemos em um curto período de tempo.

Chuvas, transbordamento e inundação. Esse é um problema público, porque os menos privilegiados economicamente não têm condições de ter suas residências em regiões seguras – são colocadas, muitas vezes, às margens de rios. Só que os rios têm períodos em que estão mais secos e um período no ano em que eles estão com um volume maior de água. É esperado que eles extravasem, a gente sabe. Mas o que acontece? A pessoa não sabe, põe a sua residência lá no período em que o rio está com um volume mais baixo e, quando está no período de cheia, inunda tudo. Então esse é um problema. Nós temos que trabalhar nas políticas públicas de moradia – moradia e local apropriados, não em qualquer lugar.

Outro problema associado com as chuvas intensas são os deslizamentos de terra. Ok, eu sei que tem muita gente com poder aquisitivo que gosta de colocar a sua residência numa região bonita, de montanha e tudo mais. Só que muitos, os menos favorecidos, estão morando nessas regiões não porque querem; é porque eles não têm condições. Quando chove ocorre o quê? O deslizamento de terras ocasionando muitos óbitos.

Chuvas e granizo. O granizo é extremamente prejudicial para a agricultura e para as infraestruturas. Quando ocorre nas estradas, pode ocasionar acidentes – são muitos casos de acidentes.

Estou colocando aqui também muitos outros episódios de chuvas extremas no País, não só os restritos a Minas Gerais. No Município de Petrópolis houve dois casos: um no mês de fevereiro e outro em março de 2022. No ano passado, se vocês se lembrarem, houve aquele caso no litoral de São Paulo: a chuva recorde de 600mm em 24 horas – na verdade, 680mm. Ocorreu também a chuva em Itajubá, no dia 27 de fevereiro do ano passado, que causou aquele transtorno na região da universidade. As fotos que estão sendo projetadas neste slide são de Itajubá e da região da universidade. Ciclones extratropicais severos no Sul do País. Nós temos inúmeros relatos. Ano após ano, se vocês fizerem um levantamento dos eventos extremos, verão que eles estão aumentando.

Agora eu vou passar para a terceira parte da nossa conversa, que é sobre as projeções climáticas no Estado de Minas Gerais. Até agora, eu falei sobre o que é observado, sobre o que é registrado e sobre o que a gente tem de informação. A partir daqui, eu vou explicar como a gente obtém informações para o futuro e o que está sendo projetado.

Eu trouxe uma pergunta: diante das evidências das mudanças climáticas, o que podemos fazer para ajudar o planeta? Bom, eu tenho uma lista de sugestões. Primeiro nós usamos a ciência para conhecer o que já ocorreu e entender o futuro; podemos projetar o futuro também; podemos desenvolver tecnologias para a redução de emissões, tecnologias limpas; podemos desenvolver mecanismos para a remoção de dióxido de carbono da atmosfera, entre outras coisas. E o mais importante: os governantes, e nós aqui, nesta Casa, hoje, temos que utilizar o conhecimento gerado para melhorar a vida da população; nós não conseguiremos frear as mudanças climáticas, mesmo que hoje todo o planeta pare de emitir os gases, porque os gases têm tempo de vida na atmosfera. Nós não conseguiríamos reduzir o aquecimento global. Então nós temos que ter medidas de mitigação e de adaptação para poder enfrentar o que vem pela frente, que vai ser pior do que o que a gente já está enfrentando hoje.

Pessoal, obter projeções climáticas não é algo fácil. O trabalho é bem complexo e demanda muitos custos. Primeiro nós precisamos de computadores de alto desempenho. Ok, temos os computadores. Agora nós precisamos dos cérebros de pessoas que estudam muita física, matemática, computação para que consigam representar a complexidade do sistema climático cuja imagem eu coloquei para vocês: vulcão, rios, oceanos, energia chegando, indústrias, carros, plantações. Os modelos têm que representar todas essas informações. Imagine a complexidade que é a gente representar esses fenômenos numericamente!

Além disso, nós precisamos de cenários. O que são cenários? São idealizações do futuro. Nós temos a possibilidade de ser mais sustentáveis, emitir menos, poluir menos e destruir menos o ambiente, mas nós temos também a possibilidade de continuar do jeito como estamos, de mãos paradas, sem melhorar o nosso ambiente. Então nós temos um cenário positivo, que é um cenário mais sustentável, e nós temos aquele cenário mais pessimista, em que vamos continuar emitindo os gases. E o que vai acontecer? Quando nós utilizamos modelos para fazer projeções para o futuro, nós temos que considerar os cenários – o cenário mais otimista ou o cenário mais pessimista – e produzir um leque de informações para que possamos fazer as tomadas de decisão.

Como eu disse, é uma ciência extremamente cara. Os computadores usados para isso são caríssimos. Eu trabalho com essa parte, o Prof. Benedito também trabalha – o Prof. Benedito também está aqui, nesta Casa –, e os nossos trabalhos dependem de recursos que são conseguidos por nós por via de projeto. Mas os computadores se tornam obsoletos muito rapidamente. É bem complicado. As prefeituras, o setor público pede a informação para a gente, mas, muitas vezes, a gente não pode passar a informação porque a gente não tem os equipamentos necessários para gerar os produtos. E existe uma estrutura organizacional no Globo para nós fazermos as projeções e termos os resultados mais eficientes.

Todos aqui conhecem e já sabem que existe o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC. O IPCC não paga cientistas, ou seja, todo mundo que nele trabalha o faz de livre vontade e por cortesia, juntando as informações produzidas no Globo sobre o clima. Só que para fornecer essas informações para o IPCC é necessário ter os modelos numéricos sobre o futuro. Para que não haja uma desordem no conhecimento, existe um grupo chamado Coupled Model Intercomparison Project – C mip –, que organiza os protocolos para rodar os modelos climáticos. Esses modelos têm uma resolução de 100km: um ponto de grade aqui mais 100km.

Como a gente não consegue representar as características locais da região e estudar o clima da região, nesse caso, a gente vai para outra técnica, que é o *statistical downscaling* ou o *dynamical downscaling*, modelos com um ponto de grade mais refinado e mais próximo uns dos outros. Mas também existe um grupo internacional que cria os protocolos para a geração desses dados, dessas simulações, que é o Cordex, e eu faço parte desse grupo. Esses dados gerados são disponibilizados em plataformas de acesso público, mas não pense que você vai conseguir utilizar essa informação, que é bem complexa. É preciso haver pessoas especializadas para trabalhar a informação.

Quando eu falo de resolução horizontal, eu estou pensando numa rede. É como se fosse um pescador: se ele utiliza uma malha muito larga, ele não vai conseguir fazer a pesca; o peixe vai passar pelo buraco da rede. Agora, se eu coloco uma rede mais refinada, uma rede mais potente, eu consigo pescar, eu consigo capturar a informação, e é o que a gente faz para a atmosfera, para projetar o clima. Primeiro a gente tem que ter a informação – a informação não é tão refinada –, e, a partir daquela informação, a gente alimenta os modelos que têm um poder maior.

Então o que a gente tem nessa cadeia extremamente complexa? Eu não vou conseguir apresentar tudo que eu trouxe para vocês porque meu tempo está terminando. Quando eu fiz os testes das apresentações em Itajubá, eu falei muito rápido, e aqui eu tentei falar mais tranquilamente para vocês, e por isso vai faltar falar um pouco das projeções.

Mas eu gostaria que vocês tivessem esse conhecimento de que haver projeções do clima futuro é uma tarefa extremamente complexa. Existem grupos que pensam nos cenários, que são os SSPs narrativos. Esses cenários são escritos matematicamente e passados para os modelos atmosféricos globais, que é o globinho ali em amarelo na imagem. Esses modelos liberam informações – imagem preta. Dessas informações, nós já podemos ter mapas globais indicando as tendências, como, por exemplo, a temperatura do ar, que é o mapa do globo que eu mostrei abaixo. Só que, para uma dada bacia e uma região localizada, não consigo usar essa informação dos modelos globais; eu preciso de uma informação regionalizada. Aí, a gente utiliza outras técnicas, outros modelos e pescamos o nosso peixe, que, na minha analogia, é capturar as informações climáticas de um dado local.

Eu teria esta parte da apresentação para mostrar para vocês, que é o que a gente espera para o Estado de Minas Gerais nas próximas décadas. Os resultados todos são pautados em modelagem numérica, não apenas em um modelo mas também em vários modelos. A apresentação estará disponível para vocês. No período da tarde, a gente pode discutir. Vou falar brevemente sobre a temperatura do ar para o futuro. Chegando ao final do século, a temperatura no Estado pode chegar a mais de 6°C acima do que já é hoje. A precipitação, nesse lado da tela, ou seja, os quadrinhos em vermelho indicam onde está a Região Sudeste do Brasil. Para o verão, a gente espera, nas próximas décadas, aumento da chuva; e do inverno para a primavera, a redução da chuva no Estado.

Eu vou passar por estes aqui e ir para a parte de agricultura. Os mapas mostram, neste caso aqui, a evolução das áreas aptas ao cultivo do café. No último mapa, no fundo da imagem, nós temos somente uma pontinha em laranja indicando a área apta ao cultivo do café no clima futuro. Isso com um aumento de temperatura na casa de aproximadamente 6°C. Outro estudo mostrando a mesma informação para o cultivo do café: plantio de oliveiras. O verde indica umas áreas aptas ao plantio indo para o final do século, que é a última linha da imagem. Vejam que o verdinho se concentra no Sul do Estado, sendo a área que vai estar apta a esse plantio. Frutíferas: é a mesma coisa. As frutíferas de clima temperado, as áreas aptas ao cultivo vão ser reduzidas também. Mudando, isto aqui seria a dengue, gente. No futuro, a Região Sudeste vai estar mais suscetível a casos de dengue. É o mapa do lado direito.

Agora vamos para a parte de energia. O Estado de Minas Gerais não é apto à geração de energia eólica porque os ventos são fracos. Entretanto, para a geração de energia fotovoltaica, ele é muito promissor. No futuro, esse mapa com um borrão vermelho no fundo, que é a estação de setembro a outubro e novembro, para o período de 2080 a 2099, mostra aumento de energia fotovoltaica. Esse é um trabalho em preparação pelo meu aluno de doutorado. Em breve, a gente já vai estar com a publicação pronta.

Eu concluo aqui com vocês dizendo que temos muitos impactos na saúde, na economia, na energia. Nós temos que pensar esses impactos porque daqui para a frente eles vão ser piores. Eu pulei os slides dos extremos. Nós vamos ter o maior número de chuvas extremas, o maior número de dias com chuvas extremas e mais volumosas, e problemas como deslizamento de terra e inundações. E o que a gente pode fazer? Recentemente saiu um estudo da Lancet em que eles propõem – e essa figura é um rol de sugestões para ser trabalhado nas cidades – trocar a fonte de energia das indústrias por fontes limpas, haver transporte público de qualidade, incentivar o uso de bicicletas. Essas são várias medidas que a gente pode implementar. Eu trouxe isso para a gente discutir à tarde as medidas que podem ser realizadas. Inclusive, eles fornecem essa tabela. Não era minha intenção ler a tabela aqui mesmo, gente. Estou passando rápido, mas é uma ferramenta que nós podemos utilizar durante as discussões nos grupos à tarde.

Terminando, então, lembramos que 22 de março é o Dia Mundial da Água; e 23 de março, o Dia Meteorológico Mundial. Esses são dias para a gente refletir sobre a água e a atmosfera. Este é o site da meteorologia do curso de ciências atmosféricas onde há os produtos de queimadas, de monitoramento do Rio Sapucaí, entre outros, inclusive das projeções climáticas. É o local que vocês podem utilizar para conseguir informações.

Muito obrigada pela atenção. Desculpem-me se tive que pular uma parte, mas é que, normalmente, eu sou uma pessoa que fala extremamente rápido e, hoje, tentei ser mais espaçada.

O presidente – Obrigado, Sra. Michelle. É muito importante a apresentação. É claro que é preocupante. Especialmente essa parte final da apresentação demonstra ainda mais a necessidade de todos nos envolvermos, conversarmos, aperfeiçoarmos e trabalharmos para tentarmos amenizar os problemas futuros. Muito obrigado por sua participação.

Agora nós vamos passar para a parte dos comentários, dos comentaristas que convidamos também, sobre essa discussão. Começamos pelo Sr. Bernardo Campolina, vice-diretor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, para que possa fazer os seus comentários.

Palavras do Sr. Bernardo Campolina

Eu queria começar agradecendo ao deputado Tadeu Martins Leite, assim como a esta Casa, o convite e a oportunidade de estar aqui, na pessoa de quem eu cumprimento os demais colegas de Mesa e as demais autoridades presentes. Acho que já foi dito aqui por vários colegas de Mesa, por várias representações, em especial a apresentação da Profa. Michelle, da urgência do tema dessa discussão, da importância dela. Acredito que isso está mais do que evidente, mais do que claro para todos nós aqui presentes.

A minha fala vai focar, vou olhar um pouquinho sobre os efeitos econômicos das alterações climáticas. Algumas delas já estão colocadas e evidenciadas aqui, mas precisamos avançar, inclusive para mensurar essas perdas ou os dilemas dessas perdas, porque não são apenas perdas, mas ganhos que vão gerar. Vou começar por um setor que, talvez, seja aquele que chama mais a atenção, que é o setor agrícola. Há uma tese de um aluno nosso que estimou perdas agrícolas entre R\$3.500.000.000,00 e

R\$8.000.000.000,00 por ano com as mudanças climáticas em curso. É claro que são cenários, mas isso nos coloca um alerta para essas perdas. Do ponto de vista econômico, acho que é preciso ter em conta, e o setor agrícola é aquele que surge com mais ênfase pela natureza do setor, a necessidade que o setor tem tanto da chuva quanto do solo. Então as mudanças climáticas afetam muito esse setor, mas precisamos olhar também que as mudanças climáticas afetam a atividade econômica de uma forma geral, não apenas a agricultura, mas o setor de serviço, o comercial, enfim todos eles serão afetados pelas mudanças climáticas em curso.

Quando a professora falava aqui anteriormente das enchentes que param ou interrompem uma cidade ou o excesso de calor que demanda mais energia, mais ar-condicionado, afetam custos, exigem uma série de outros setores industriais inclusive... Então a primeira questão que trago aqui para reflexão é da necessidade de olhar como é que as mudanças climáticas em curso vão afetar diferentes setores econômicos, criando oportunidades, como bem o Prof. Marco Aurélio colocou aqui, ou seja, há uma oportunidade sendo gerada aí para que soluções sejam geradas e propostas, inovações sejam feitas tanto para mitigar quanto para pensar em alternativas em uma outra matriz econômica, em uma outra dinâmica econômica.

É também preciso estar atento a outros aspectos. Essas perdas e os eventuais ganhos que essas oportunidades podem ou vão gerar afetam de forma diferente as camadas da população. Então um recorte também do ponto de vista das populações, como as diversas populações e atividades econômicas serão afetadas, é importante nesse sentido. É claro que uma parcela da população, como a que experimenta restrições de renda ou que exerce atividade em determinados setores, será mais afetada.

Um outro recorte que acho importante, e isso também já foi explicitado aqui, é que, longe de serem homogêneos, os efeitos das mudanças climáticas vão ser bastante heterogêneos. Quando estou falando de heterogêneo, estou falando do ponto de vista das regiões do Estado. O Sul vai ter impactos muito diferentes daqueles observados no Norte e Nordeste do Estado. É claro que a gente sempre pensa o Vale do Jequitinhonha como uma região semiárida, mas é também aquela população que é mais resiliente a lidar com uma seca mais extrema, ou seja, como aprender, o que a gente pode aprender e como a gente precisa olhar esses efeitos em termos regionais. Já foi citado aqui anteriormente os efeitos de onda de frio ou de calor sobre o Sul de Minas, gerando perdas para a cafeicultura ou gerando perdas para outras atividades econômicas.

Então o recorte regional é importante, não apenas o regional, mas também local. Os espaços urbanos, as cidades e regiões vão ser afetadas de forma diferente de acordo com a sua geografia. Belo Horizonte, que está situada numa região de relevo extremamente acidentado, sofre muito com chuvas intensas. Regiões que estão em áreas mais planas vão sofrer efeitos diferentes. Onde quero chegar com isso? Soluções pensadas ou propostas para o semiárido não serão adequadas, por exemplo, para a Zona da Mata mineira ou não serão adequadas para uma região extremamente urbanizada como a de Belo Horizonte, por exemplo, ou a de um Triângulo Mineiro, que é uma área de cerrado. Então os impactos sobre a agricultura do cerrado também serão muito distintos. Isso me leva ao terceiro ponto dos meus comentários, que remete à necessidade de reconhecer a importância da discussão da necessidade de estudos e de planejamento, planejamento para pensar políticas públicas não apenas no curto prazo, não apenas olhando para a mitigação, mas também pensando a médio e longo prazos.

Aqui acho que cabe uma reflexão como o estado brasileiro, e digo estado brasileiro enquanto instituição, precisa colocar esse tema dentro da sua agenda. Isso não pode ser uma agenda de governo. Deveria ser uma agenda de Estado de médio e longo prazos, que perpassa governos ao longo do tempo. Acho que essa questão é extremamente importante porque senão vamos ficar aqui simplesmente propondo soluções de curtíssimo prazo e as políticas públicas sofrem descontinuidades e, no caso da questão climática, isso é extremamente grave se estamos pensando numa transição, transições múltiplas. A questão climática mais a transição energética, que também está aí colocada, que é ou pode ser, deve ser tida, vista como uma oportunidade à questão da transição para uma economia verde. O Brasil pode e vai aproveitar essa oportunidade, mas isso não vai se dar num espaço de dois anos nem de quatro anos, talvez de uma década, que exigirá pensar o planejamento e a ação não apenas do Estado, mas da compatibilização de políticas públicas sobre diversas escalas.

Eu falei do setorial, eu falei do regional, mas é preciso pensar diversas áreas e temas. Então pensar a transição, a mudança climática ora em curso vai exigir ou exige de nós uma reflexão sobre planejamento, que precisa ser colocada na agenda. Planejamento enquanto instrumento não apenas de curto prazo, mas de médio e longo prazos, em que inovação e empreendedorismo são elementos-chaves, mas que articule diversas políticas setoriais: educação, política de ciência e tecnologia, setor privado, sociedade civil, saúde e também a questão da política fiscal e tributária dos incentivos. Essas coisas todas estão e precisam ser articuladas em múltiplas escalas. Por quê? Porque nós não vamos conseguir lidar com a mudança climática do semiárido mineiro com a mesma política que perpassa ou atende todo o Estado. Ela precisaria ser flexível o suficiente para entender que o Estado possui múltiplas realidades e vai ser afetado de formas muito diferentes.

Já me chamaram a atenção para o meu tempo, então eu queria começar a minha fala chamando a atenção para esses aspectos: os ganhos e as perdas econômicas sobre diversos recortes. Em nome do deputado Tadeu, agradeço e parablenizo a Assembleia o evento, que acho ser de suma importância.

O presidente – Obrigado, Prof. Bernardo. Muito importante a sua intervenção e os seus comentários sobre esse tema, essa parte. Quero convidar também para fazer uso da palavra e participar com seus comentários a Sra. Ana Paula Mello, assessora de sustentabilidade da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais.

Palavras da Sra. Ana Paula Mello

Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer o convite, deputado Tadeuzinho, cumprimentar todos na Mesa, todos os presentes e também aqueles que acompanham de forma on-line.

Muito providencial esse tema, principalmente a fala do Prof. Bernardo, que me antecedeu, citando, de forma explícita, que o setor mais vulnerável às mudanças climáticas é o setor agropecuário, e de fato é. Minas Gerais é um estado com características agropecuárias muito marcantes e tem visto, ao longo dos anos, alterações climáticas, eventos extremos, seja por secas prolongadas, chuvas irregulares, excesso de chuva, granizo, geadas e todas as suas consequências que o professor trouxe para nós.

Trouxe alguns slides mais para ilustrar um pouquinho a minha fala e se puderem, por gentileza, passá-los.

– Procede-se à exibição de slides.

A Sra. Ana Paula Mello – Para ilustrar um pouquinho, em 2021, uma lei incluiu 84 municípios na área de atuação da Sudene, estou vendo aqui o Dr. Carlos. Desses 84, 81 foram municípios mineiros. Olhem os impactos. No período de seca, na verdade, no período entre setembro de 2023 e ontem, pois isso foi atualizado nessa data, segundo dados da Defesa Civil, 176 municípios decretaram situação de anormalidade. Isso de setembro até ontem, que, em tese, se a gente considerar as médias, seria a época chuvosa, não seria exatamente a época seca, mas, por exatamente ausência dessas chuvas, no período correto em que elas eram esperadas, houve a situação desses decretos por estiagem. E 289 no ciclo anterior, 2022 e 2023, ou seja, 289 decretos de anomalias de situações críticas devido ao período chuvoso anterior.

Isso tem se tornado cada vez mais frequente e abrangido um número cada vez maior de municípios. É claro que a população está crescendo, o número de pessoas afetadas por essas questões cresce também naturalmente, mas isso demanda políticas públicas, um plano de gerenciamento das mudanças climáticas e das questões hídricas, foi citado pela Marília o Plano Nacional de Segurança Hídrica e o Plano de Ação Climática – Plac, e um plano de gerenciamento de secas. Precisamos de políticas de longo prazo para questões de estrutura necessária, mas também de ações emergenciais. Precisamos trazer essas duas vertentes.

Para ilustrar, tivemos algumas notícias no portal do Sistema Faemg, sempre notícias que não apenas saíram na mídia, mas notícias voltadas para o produtor rural, notícias ligadas aos eventos extremos, seja de extrema seca, seja de geadas, seja de granizo ou de inundações por excesso de chuva. Tivemos uma série de notícias relacionadas a crédito rural, ações emergenciais, ações planejadas e perdas que foram geradas com geadas no café. Eu não vou repetir porque isso já foi falado pelos que me antecederam. Temos essa

profusão de situações. Se a gente falar de granizo, por exemplo... Não precisa ir muito longe; se pensarmos em 10 anos atrás, era raro ouvirmos falar em granizo. Agora está praticamente normal, todo ano tem. O que a gente tem visto? Essas situações de anomalias que se prolongam no tempo, com uma intensidade maior, têm gerado inundações, geadas, seca, granizo, ondas de calor, irregularidades nas chuvas. Isso eleva o preço da energia, o custo da energia, porque se acionam as térmicas. Isso gera anomalias, alterações nos ciclos das culturas. Por exemplo, nós estamos tendo colheita de café agora, o que deveria ocorrer em maio. Por quê? Porque a presença ou não da água, no momento em que ela é necessária, associada à questão da temperatura, tem afetado o ciclo das culturas. Isso aconteceu também com o feijão, com a soja. Isso tem gerado consequências na própria produtividade desses cultivos e no time também. Isso gera perdas de produtividade, perdas de produção. Com isso você tem o aumento do preço de alimentos, do preço dos produtos agrícolas.

Recentemente, no Norte de Minas, ocorreu um êxodo, um abandono de áreas por produtores da agricultura familiar, porque eles não conseguiram controlar aquela situação dos impactos da seca extrema. Então ocorre um efeito dominó. Há todo um efeito dominó.

O Prof. Campolina falou dos efeitos econômicos. Existem esses efeitos econômicos. Se há queda de produção, há queda de divisas para o Estado, para o País. Há um efeito para aquele produtor em específico, que deixa de ter aquela renda para a sua família. E ainda há uma consequência em relação ao emprego, porque se não há renda não se consegue gerar emprego. Se o preço dos alimentos sobe, você compromete uma maior parcela do seu orçamento familiar com a compra de alimentos. Aí você tem que tirar alguma coisa. Alguma coisa fica prejudicada. O quê? Educação, saúde? Alguma coisa fica prejudicada.

Em relação à questão da sexta básica, dos alimentos, se alguma coisa é alterada, se isso é alterado nas famílias, há uma série de alterações, eu diria, até em todos os ODS. Sem alimento na mesa de cada um de nós, não dá para imaginar, não dá para imaginar. É inimaginável! Com o alimento caro na mesa de cada um de nós, alguma coisa vai ficar prejudicada ou algumas coisas vão ficar prejudicadas. Para se produzirem alimentos, evidentemente, você precisa de água, você precisa das condições certas, do manejo adequado, de tecnologia, de inovação. E é nisso que o setor agropecuário está trabalhando muito, ou seja, muita tecnologia, inovação, assistência técnica e gerencial aos produtores. Atuamos também na questão das ações emergenciais. Refiro-me àquelas necessárias. Toda vez que há geadas, que há situações que prejudicam a produção, requerem-se ações emergenciais voltadas ao crédito, a outras situações.

Agora, além de trabalhar junto ao produtor rural e dessas políticas necessárias ao produtor rural, eu queria trazer alguma informação do setor agropecuário. O setor agropecuário, no Brasil, foi o primeiro setor... A gente tem a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, que é lá de trás, de 2010. Não sei se é de 2009, de 2010. Agora eu não lembro certinho o ano. Já tem um tempo: 2010. E o setor agropecuário foi o primeiro a responder, justamente porque é o primeiro a ser afetado. É o mais vulnerável da sociedade. Então foi o primeiro a responder com um plano setorial de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, que foi o Plano ABC. Agora, nesse início de década, ele foi revisitado, foi melhorado, foi alterado para o Plano ABC+, trazendo tanto tecnologias de redução de emissões de gases de efeito estufa como também situações de adaptação às mudanças climáticas tão necessárias. Aí eu coloco o foco na adaptação. Por quê? Temos responsabilidade. A Faemg assinou o "Race to zero". Temos responsabilidade e comprometimento com relação às ações de redução de emissão, mas precisamos também da adaptação. Por quê? O próprio Brasil e outros países em desenvolvimento estão em condições muito diferenciadas dos países que, ao longo de décadas – refiro-me aos chamados países desenvolvidos –, se desenvolveram, emitiram, dizimaram as suas florestas, os seus recursos naturais, restando aos países em desenvolvimento ter que se adaptar. Ou seja, por mais que a gente faça e faça e faça, e é nossa responsabilidade fazer a redução de emissões, nós não vamos conseguir fugir daquilo que é emitido por outros países. Pegue uma China... Se a China dá um respiro, isso já afeta o mundo inteiro. São questões muito diferentes. Nós somos um mosquitinho no mundo das emissões de gás de efeito estufa.

Então, por mais que a gente faça, em termos de redução de emissões, nós precisamos muito trabalhar a questão da adaptação às mudanças climáticas. O Brasil é um grande player mundial na questão da produção de alimentos. O cafezinho que tomamos agora mesmo... Na Europa, no mundo, a cada cinco xícaras de cafezinho tomadas no mundo, uma é daqui de Minas Gerais. A gente tem responsabilidade, a gente tem comprometimento, a gente precisa de políticas públicas. A sociedade precisa entender que a não produção de alimentos ou qualquer queda na produção de alimentos nosso – aí eu volto para Minas Gerais – afeta o produtor, a sua família, a sociedade, o Estado. Cada um de vocês afeta a todos nós. Então quando a gente fala “afeta o setor A, o setor B”, quando se afeta a agricultura, afeta-se toda a sociedade. Eu queria chamar a atenção de todos para isso e trabalhar essa questão.

A gente teve, em 2021, 84 municípios incluídos na região da Sudene – já falei isso. A Conab estimou 24.200.000t abaixo do que foi obtido na safra anterior da produção no Brasil. Temos essa planilha com vários produtos: algodão, arroz, feijão, milho, soja, sorgo e trigo, em situação de queda de produção em virtude dessas anomalias e precisamos ter políticas públicas para trabalhar isso porque senão a gente fica, como foi mencionado aqui, entra ano e sai ano, rodando no mesmo ciclo, que é: a gente chama atenção para a situação dos eventos extremos, como a seca, mas começa a chover e todo mundo esquece; aí voltam a se preocupar quando o problema aparece de novo e voltam a esquecer quando chove. Então quero dizer que a gente precisa de planejamento a longo prazo, com infraestrutura, reservação de água, políticas de crédito e todas as políticas necessárias; e também precisamos de planos de curto prazo porque sabemos que vamos ter a próxima seca, sabemos que vamos ter a próxima inundação, a próxima geada, o próximo granizo. Isso é inevitável, sabemos que vai acontecer. Então temos que nos planejar para isso.

Isso, gente, é o que eu queria trazer um pouquinho aqui para vocês, muito rapidamente, com a certeza de que todo mundo vai sair daqui pensando, com isto na cabeça: afetar a produção de alimentos é afetar cada um de nós, a sociedade como um todo. Obrigada.

O presidente – Obrigado, Ana Paula, pelos seus comentários; obrigado, mais uma vez, pela presença. Agora nós vamos passar a palavra para a Sra. Cleia de Fátima, engenheira agrônoma, representante da Articulação do Semiárido Mineiro e do programa Convivência com o Semiárido. Fique à vontade para também fazer os seus comentários.

Palavras da Sra. Cleia de Fátima

Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer pelo convite em nome da ASA Minas. Para a gente, é muito importante estar nessa construção aqui, junto com a Assembleia, porque são questões que nos fazem refletir sobre os nossos agricultores, sobre nossa população, uma vez que eu sou a pessoa que vem daquela cidade que foi mais quente: Araçuaí. Então a gente quer muito estar fazendo parte dessa construção junto com a Assembleia.

– Procede-se à exibição de slides.

A Sra. Cleia de Fátima – O semiárido brasileiro é um dos mais populosos e chuvosos do mundo. São 1.477 municípios e 11 estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Sergipe. Cerca de 28 milhões de pessoas vivem no semiárido, o que equivale a 12% da população do Brasil – um número bastante representativo: 62% em zonas urbanas e 38% em zona rural, e a maioria são pequenos agricultores e agricultoras. A Articulação do Semiárido, a ASA, trabalha nesses estados, nos projetos de sementes, de captação de água de chuva via cisternas.

O semiárido mineiro compreende as regiões do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Noroeste de Minas, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, em 209 municípios. É caracterizado por longos períodos de estiagem. Como é o nosso semiárido? A gente tem uma estiagem de até oito meses, depois chove, só que essas chuvas são muito irregulares, elas têm essa caracterização. A grande questão da região é a má distribuição das chuvas. As chuvas não são bem distribuídas: chove um pouco, passa um mês e volta a chover novamente, o que torna importante que os agricultores da nossa região trabalhem com as questões de armazenamento de água, não é? Eu falo “agricultores” porque toda a população sofre com a questão da seca ou das chuvas extremas, mas os agricultores têm o

maior problema de armazenar água para a produção e água para beber, água de qualidade; não só água, mas água de qualidade para consumo humano.

A Articulação do Semiárido é uma rede. Ela propaga e põe em prática, através das políticas públicas, o projeto político de convivência com o semiárido. Ela é formada por mais de 3 mil organizações – a ASA Articulação do Semiárido – da sociedade civil e de distintas naturezas: sindicatos, ONGs, igrejas evangélicas, Igreja Católica. Todas essas organizações fazem parte da Articulação do Semiárido, que é a ASA. Atualmente são 50 organizações cadastradas, e aqui eu trago um gráfico que mostra que 48% dessas organizações estão na veia do Jequitinhonha e que 48,7% estão no Norte de Minas. A ASA Minas faz essa grande articulação e está dividida nos seguintes territórios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Seus 33,3% formam a ONG com personalidade pública. Então ela é formada, como eu disse, por ONGs, sindicatos, igrejas evangélicas, associações, as EFAs – escolas de educação no campo contextualizada; várias organizações formam a Articulação do Semiárido.

As ações da ASA estão pautadas, principalmente, na cultura de estoque de água. Por quê? Porque nós temos chuva por um período de tempo e, num outro período de tempo bem maior, nós não temos, então os agricultores, as famílias precisam armazenar água. A nossa ação é pautada também no estoque de alimentação para os animais, na questão do feno, ou seja, em estocar água e em estocar alimentos para garantir que, na época da escassez, haja água e alimentos em abundância para serem consumidos.

Então, é a partir dessa visão que as tecnologias de captação e armazenamento de água para consumo humano, ao lado das escolas rurais, e para a produção de alimentos têm grande importância dentro dessa estratégia. Então a gente busca trabalhar a estratégia de captação de água de chuva para, na época da escassez, as famílias terem acesso a essa água.

O Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC – é um programa de mobilização social que visa à construção de cisternas de captação de água de chuva, com capacidade de 16.000 litros, para as famílias consumirem na época de escassez. É água para beber, para lavar folhagem, para lavar verduras; não é uma água usada para fazer a limpeza da casa ou para outro fim que não seja o consumo humano.

Em Minas Gerais, 300 mil pessoas já foram beneficiadas com essa tecnologia social. Então, só em Minas, 300 mil pessoas receberam cisterna de captação de água de chuva para beber e para cozinhar. Essa cisterna é colocada junto ao telhado da família. Quando vem a época da chuva, a família deixa a primeira água cair, espera um tempo para lavar o telhado, aí ela coleta essa água e, durante o período de escassez, as famílias fazem uso dela. Através de mais de 80 mil cisternas construídas em Minas, cerca de 300 mil pessoas já foram beneficiadas.

O Programa Uma Terra e Duas Águas – P1+2 – propõe a construção de cisternas de captação de água de chuva, seja cisterna calçadão, seja cisterna enxurrada, seja tanque de pedra, para produzir alimento, para irrigação. Então o P1+2 significa Uma Terra e Duas Águas. Então, faz-se necessário que a gente trabalhe com as famílias o quê? A questão do acesso à terra, porque nós sabemos que um dos grandes problemas da população, dos agricultores da nossa região é não ter terra para trabalhar. Às vezes, têm terra, mas a terra não é suficiente para dividir entre a família, para que eles consigam produzir o suficiente para a família naquela terra. Então quem tem a cisterna de água de chuva de 16.000 litros recebe a cisterna de captação de água de 52.000 litros, que é uma cisterna calçadão ou uma cisterna enxurrada, que é colocada nos quintais das famílias. Aí, as famílias fazem uso da água para irrigar as plantas, para irrigar os quintais e para os animais beberem.

Cerca de 14 mil tecnologias foram construídas em Minas Gerais, nos últimos anos. Então a gente conta com o número de 14 mil tecnologias construídas com essas cisternas de 52.000 litros para irrigar plantas e para dar de beber aos animais.

O projeto Cisternas nas Escolas também está presente em Minas Gerais, com a construção de uma cisterna de 52.000 litros na escola, para que a escola tenha também acesso à água. Já receberam essas cisternas 600 escolas rurais. É muito importante que as escolas tenham também acesso à água por meio dessas cisternas.

Para ampliar a proposta de convivência com o semiárido, a ASA lançou, em 2015, o programa Sementes do Semiárido. O que seria o Sementes do Semiárido? O Sementes do Semiárido é um programa que faz com que o agricultor colha a semente que ele plantou e a guarde para que ele possa usar no ano seguinte. Assim, ele possui uma autonomia maior em ter a sua semente para plantar, não fica dependente das grandes empresas, não fica dependente de comprar semente que não seja a semente que eles chamam de semente da gente. Então ele não compra semente transgênica. A gente constrói o banco de sementes para a família, faz a capacitação das famílias para que elas tenham sementes para plantar no ano seguinte, que são chamadas de sementes crioulas.

Ainda temos um grande desafio pela frente, que é o desafio de universalizar o acesso de muitas famílias de trabalhadores e trabalhadores à água para consumo e para a produção de alimentos. Então, há ainda um árduo caminho pela frente, porque a gente sabe que nem todas as famílias conseguiram adquirir essa cisterna para armazenar água. Então esse é um caminho que a gente ainda tem que trilhar para universalizar o acesso de muitas famílias à água.

Os programas e as tecnologias sociais devem ser políticas públicas de Estado, não de governo. Por isso a inclusão no orçamento estadual é fundamental e necessária.

Já foi falado bastante, pelos nossos companheiros aqui, sobre mudanças climáticas: aumento da temperatura, seca, tempestades. Nós vivemos tudo isso também no Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas. Nós convivemos com toda essa questão das mudanças climáticas. Então isso já foi bem falado e não precisa nem citar aqui.

O semiárido mineiro sofre com a crise climática, com a má distribuição de terra, que é a estrutura fundiária. A gente sabe que as famílias não possuem terra para produzir, então elas sofrem com essa crise de estrutura fundiária. A invasão do nosso semiárido pelo agronegócio, a gente tem que dialogar sobre isso também.

Recentemente, no nosso Vale do Jequitinhonha, tivemos uma questão que divide muito as opiniões, que é a chegada do lítio com muita força. O Vale vem sendo até chamado de Vale do Lítio. Aí a gente questiona se... Para muitas pessoas, é geração de trabalho e desenvolvimento, mas a gente sabe que, atrelado a isso, vêm muitos outros problemas, como a poluição sonora, a poluição do ar, a poluição dos recursos hídricos. As famílias, às vezes, têm que deixar as suas terras, vendem-nas para essas empresas. Então nós temos dialogado muito sobre essa questão no nosso Vale.

Bom, eu queria agradecer. Era o que eu tinha para falar para vocês. O meu tempo já se esgotou. Agradeço a vocês.

O presidente – Obrigado, Sra. Cleia, engenheira agrônoma, representante aqui da Articulação do Semiárido Mineiro e do programa Convivência com Semiárido. Obrigado por sua exposição e por seus comentários. Para finalizar os comentários, eu quero convidar, para que faça a sua apresentação, o Sr. Marcus Vinícius Polignano, médico sanitário e coordenador do projeto Manuelzão, da UFMG. Fique à vontade para fazer a sua apresentação.

Palavras do Sr. Marcus Vinícius Polignano

Bom dia a todos e a todas. É uma satisfação estar aqui. Quero cumprimentar o deputado e fazer uma menção. O senhor me remete a uma época boa da minha vida. Você não vai nem saber por quê, mas o seu pai tinha um programa no rádio que se chamava Boca no Trombone, em Montes Claros. Eu fazia internato rural e ouvia o seu pai. Eu acho que você nem era projeto ainda. É só para recordar. É interessante como a vida é feita de ciclos. Talvez por isso eu queira me remeter a isso.

Eu já fui mais otimista com a civilização. Digo que, em 25 anos de projeto, eu já ouvi muitas histórias, muitas promessas desta Casa e de outras e fico muito preocupado com o roteiro que a gente está escrevendo, porque é um roteiro. Nós estamos escrevendo esse roteiro. Eu quero até mudar um pouco o foco. A gente fica pensando em mudança climática como se o clima fosse um trem abstrato. Nós estamos numa crise civilizatória, não é do clima, não é. Se a gente continuar batendo em temperatura, nós vamos bater no lugar errado, porque a temperatura está no planeta. Como disse a professora, isso aqui foi formado. Só para ter ideia de tempo, nós temos um planeta de 4,5 bilhões de anos. Você sabe o que é a nossa história neste trenzinho aqui? É nada. São 4 bilhões

para fazer isso aqui! A Terra, do jeito como é hoje... Esses continentes Europa, Ásia e tal foram formados há 140 milhões. Olha, surgiu a 4 bilhões, e para ter esse cenário, levou um tempo, para se chegar a 140 milhões de anos. Nós estamos acabando com esse planeta em 200 anos. Em 200 anos de história! Tanto é que hoje, como a colega deve saber muito bem, o tempo geológico considerado é o antropoceno. Não é mais uma força geológica. A força que está destruindo o planeta se chama humanidade. Chamaram-me aqui para o debate, e eu não quero bater palma, eu quero dizer do inferno que nós estamos programando, e juntos. Todos aqui falam muito bem e, se eu perguntar, todos são sustentáveis, todos aqui. Se eu perguntar a um setor, ele dirá que é sustentável. Não sei quem também é sustentável. Todos nós somos.

Em 2015 nós fizemos o Acordo de Paris. A professora muito bem... Só estamos aumentando a temperatura. Então ou nós estamos fazendo alguma coisa errada ou estamos insanos. Ou então eu estou vivendo num mundo que é diferente do de vocês. Imaginem que eu seja médico – a professora lembrou –, e um dos parâmetros que eu tenho para exatamente fazer evoluir uma doença seja a temperatura. Imaginem que eu seja médico e diga a qualquer mãe aqui: “Pode ficar tranquila. A temperatura está aumentando, mas a saúde do seu filho está bem”. Quem vai acreditar nisso? Gente, nós estamos vivendo uma insanidade. Se nós continuarmos nesse roteiro... Todo mundo diz que está fazendo a sua parte, mas nós estamos aí. Essa palavra “mitigação” me dói muito. É como se a gente pudesse mitigar o planeta. Gente, nós não temos esse poder, não! Nós só somos parte disso aqui. A gente destrói o bioma, destrói o ecossistema, destrói os rios e quer que tudo funcione. Não vai funcionar, não vai. Isso é igual ao ser humano, isso é um sistema integrado. Por exemplo, a água que chega aqui vem da Floresta Amazônica. Existe um rio voador. Quem vai controlar esse trem? É decreto? “Vamos fazer um decreto. Meu amigo, mande água para o mundo.” Não funciona. Se a gente não entender que nós somos muito poucos, que nós fazemos parte de uma natureza complexa, sistêmica e integrada, nós não vamos sair.

A professora lembrou aqui, pegando a minha área, que nós estamos com uma epidemia. Gente, nós estamos com mais de 1 milhão de pessoas com dengue no País. Antigamente, o mosquito da dengue só transitava com a dengue. Hoje ele transita com a chikungunya, com a zica, e agora já apareceu no Rio de Janeiro o oropouche, que é um outro vírus da Amazônia. Mas como é que é? Ué, você vai tirando o mato... É uma busca. Todos os animais, como a nossa espécie, tentam se adaptar. Vocês acham que os animais também não fazem uma mudança climática e estudam como se adaptar? Eles se adaptam. Então a gente está fazendo um mundo insano. Eu vou ser franco: nós não vamos mudar nada. Não adianta querer fazer omelete sem quebrar ovos. Não adianta! Então se a gente não tiver...

Vou citar a nossa região aqui. O território do Estado de Minas Gerais, de mata original, não tem nem 8%. Nos últimos anos, nós perdemos aí no Brasil inteiro 18% do cerrado. Então, Ana, do setor da agricultura, é lógico que esses sistemas são importantes para a agricultura. Não adianta achar que destruir o cerrado e botar planta no lugar funciona do mesmo jeito. Não funciona. Nós estamos vivendo uma seca subterrânea. Por quê? Acaba a água na superfície, e sabem qual a solução de todo mundo aqui? Os deputados devem fazer isso muito. “Ó, precisamos de poço no Norte de Minas, em Araçuaí, naquelas bandas todas”. Aí a gente vai para o fundo, abaixa o lençol e complica o sistema, porque não há recarga. E nós vamos fazendo um ciclo absolutamente vicioso e sem saída.

Até as nossas áreas de reserva, deputado, que são áreas de preservação... Nós tivemos que lutar aqui para a preservação do Rola Moça, que era já uma unidade de conservação. Eu não estou falando de novas, não, eu estou falando de resistência, para não acabar com o Mona, com a Serra do Curral, que são áreas... É preciso, gente, e eu não estou querendo ser... Posso ter um tempinho só para acalmar os espíritos?

Uma vez trouxemos um indígena do Mato Grosso, quando acontecia o Festival de Inverno em Diamantina. O motorista foi pegá-lo no aeroporto e levar para Diamantina. Quando chegaram àquela beleza de serra, chegando em Diamantina, ele mandou o motorista parar. Aí o motorista parou, ele desceu do carro, olhou para aquela coisa maravilhosa e ficou quieto, quieto. Aí o motorista ficou preocupado e falou: “O senhor está passando mal?”. E ele respondeu: “Não. Deixe-me explicar: é porque eu cheguei, mas estou

esperando meu espírito chegar”. Não é? (– Risos.) Nós vamos com tanta rapidez com as coisas, não é? Tudo para nós é para ontem, e a gente deixa de contar com aquilo que é essencial para a nossa vida.

Eu fico muito preocupado quando se fala de economia verde e oportunidade. Eu vou falar para vocês: a oportunidade é a gente fazer economia ecológica, salvar o que resta do planeta, não é desmatar mais, não é criar mais. Nós temos é que tentar entender que, sem água, ar, biodiversidade, nós não somos nada; não somos nada. Eu quero falar isso de coração limpo, sem nenhuma preocupação de estar ferindo este ou aquele, mas dizendo a verdade, gente. Então, se a gente não criar... E aí eu já quero propor porque nós precisamos criar algumas agendas aqui, na Casa. Eu não quero falar mais em agenda verde, porque tudo é... Até pintar parede vira agenda verde, tudo vira agenda verde. Então, assim, nós temos que criar uma agenda de preservação de bioma, deputado. O senhor, que é do Norte, sabe, do Vale do Jequitinhonha, não é, Doutor Jean? Nós precisamos criar ainda aquilo que nós podemos salvar, porque isso é reserva ecológica ambiental para a gente enfrentar o futuro que a gente desconhece. A professora falou muito bem que há um monte de computadores tentando imaginar o que será o futuro. Agora, do jeito como nós estamos fazendo, haja computador! Não há como prever! Nós estamos acabando com tudo! Então vamos criar, realmente.

E quero parabenizá-lo e quero que essa agenda avance, para a gente criar aqui, na Casa, uma agenda para a preservação de biomas e uma agenda para as questões urbanas, porque temos que melhorar as cidades. Inclusive, há pouco tempo, houve uma reunião mundial do Pnuma para dizer que modelo de cidade nós vamos fazer, e nós precisamos de uma cidade mais verde. Uma cidade que concreta tudo, que tampa tudo quanto é rio e depois não quer inundação, meu amigo? Me ajuda! Será que acham que a água vai fazer o quê? Que não vai subir? Não tem jeito! A gente cria as próprias armadilhas, que a gente constrói. A gente precisa pensar que nós podemos fazer um mundo melhor, e melhor mesmo, e quebrando ovos, sim. “Olhe, meu amigo, isso aqui não dá. Essas regiões são áreas de reserva, de sobrevivência para a nossa espécie, para o nosso futuro.” E, para quem é cristão, outra coisa: a gente fica pensando sempre miticamente que o paraíso é alguma coisa lá para cima. Paraíso é isto que nós herdamos: o planeta Terra, meu amigo! Este é o nosso paraíso. Se destruímos este paraíso aqui, não só não vamos ter futuro, quanto a geração futura não vai ter futuro.

Então eu acho que a gente precisa criar essas agendas de preservação de bioma. E que a Casa realmente aprove, a cada ano, coisas significativas no sentido de uma agenda com as cidades, para ver outros modelos de construção; uma agenda para preservação e revitalização dos rios verdadeiramente de Minas, para que a gente possa enfrentar – como é que eu vou dizer – os nossos próprios fantasmas, porque a gente os cria e depois não quer enfrentá-los. Vamos enfrentar! Não vamos ter medo, não! Vamos dizer que nós somos capazes disso! Vamos chamar todo mundo aqui, mineração, agricultura, Estado, e vamos conversar seriamente! Não vamos dizer que vamos fazer de conta que vamos fazer, porque nós não saímos do lugar. Isso só está nos levando para o abismo. Então é isso. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, Dr. Marcus Vinícius. Obrigado por sua participação. Eu ainda sou otimista e preciso da sua energia e do seu otimismo também, para que a gente possa dar sequência a essa agenda tão importante nesta Casa e no nosso Estado de Minas Gerais. E é nessa forma de política que eu acredito. Eu acho que todos, mesmo que pensem diferentemente, precisamos nos sentar à mesa e tentar construir um caminho igual e melhor para o nosso estado, para o nosso país.

Então, eu quero agradecer muito a todos os debatedores e aos comentaristas que participaram desta parte da manhã. Estamos chegando na hora do almoço, mas gostaria de perguntar aos deputados que se fazem presentes se querem fazer alguma intervenção.

Vou começar com a deputada Leninha, que havia pedido, e depois com o deputado Tito Torres, que é o nosso presidente da Comissão de Meio Ambiente. Deputada Leninha, nossa 1ª-vice-presidente da Casa, fique à vontade.

Palavras da Deputada Leninha

Obrigada pela gentileza, deputado Tito Torres. Eu quero cumprimentar o presidente e, na pessoa dele também, toda a Mesa diretora desta Casa e os que aqui vieram esta manhã, sejam aqueles que vieram para apresentar questões e debater, sejam os que aqui vieram de várias entidades públicas, privadas, organizações.

Eu acho que esta Casa, ao enfrentar este debate, que é um debate importante para todos nós, traz para Minas Gerais uma responsabilidade que não é só nossa, da Assembleia. Mas nós devemos liderar um processo juntamente com os outros pares, para fazermos os enfrentamentos necessários para minimizar, como disse o nosso amigo debatedor, o último, o Polignano.

Quando a gente trata das mudanças climáticas, muitos nos falam que são mi-mi-mis, que são coisas que nós estamos inventando. Eu venho do semiárido, construí a articulação do semiárido por mais de 20 anos, numa região que, de fato, a gente sabe que tem distribuição irregular das chuvas; a gente sabe da penúria daquelas comunidades, que são abastecidas por carro-pipa; mas, ao mesmo tempo, sabe das contradições de um padrão de desenvolvimento, que traz tudo isso que nós estamos vivendo. Como enfrentar essas mudanças com o desenvolvimento do Estado altamente dependente da mineração, com o desenvolvimento econômico do Estado altamente ligado aos grandes empreendimentos, inclusive de reflorestamentos, substituindo o cerrado, a mata nativa por grandes extensões de eucalipto? Esse é um debate sério, que precisa ser encarado. Não dá para a gente, em todo ano de seca profunda, como foi no ano passado... Foram nove meses de chuva no ano passado, em que o povo perdeu roça, perdeu lavoura. Aprendemos, ao longo dos anos, que a seca não se combate, que precisamos conviver com esses efeitos, mas essa convivência precisa ser encarada com mais seriedade e com ações não só preventivas, mas estruturantes e duradouras.

Então eu penso que os eventos que nós vamos fazer pelo interior à fora, pelo Norte, pelo Vale, pelo Noroeste, pelo Sul de Minas, que sofre também com a geadas, vão possibilitar inclusive trazer o conhecimento tradicional daqueles que vivem o dia a dia nesse ambiente. A academia e os gestores são importantes, mas os agricultores familiares e os camponeses e as camponesas que vivem nessa região devem ser ouvidos nesse evento interiorizado que nós vamos fazer.

Eu creio que, ao final deste ciclo, nós teremos, pelo menos, sinais de prospecção de futuro, para pensarmos um ambiente que seja realmente compatível com a nossa presença, mas principalmente com o direito à natureza, como um projeto de lei meu que está nesta Casa há muitos anos e que a gente não consegue fazer avançar porque há conflitos de interesses. Acima de tudo, nós precisamos construir a melhor política, ouvindo esses interesses, mas, acima de tudo, nos responsabilizando por aquilo que virá no futuro. Eu penso que é um debate também que cabe aos gestores públicos municipais. Queremos cidades saudáveis, felizes, sustentáveis; cidades que consigam enfrentar esse processo da questão hídrica, da economia e, acima de tudo, do futuro que nós queremos deixar e queremos viver com aqueles que virão depois de nós. Muito obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Leninha. Obrigado por sua participação e pelo trabalho que faz aqui, nesta Casa. O deputado Tito Torres, presidente da nossa Comissão de Meio Ambiente, tem a palavra. Fique à vontade.

Palavras do deputado Tito Torres

Bom dia, Sr. Presidente e convidados. Serei breve, presidente, mas não poderia deixar de falar neste momento, parabenizando V. Exa. pela iniciativa deste seminário importante, cujo tema venho discutindo, como presidente da Comissão de Meio Ambiente, desde o ano passado. Ouvimos falas importantes e sabemos que teremos mais eventos para debater isso. Quero parabenizar a TV Assembleia pelo vídeo impactante que foi feito; um vídeo pesado, mas que é a realidade. Esse vídeo tem que passar realmente em rede nacional para que a gente possa realmente demonstrar a realidade que nós estamos vivendo.

Quero cumprimentar a secretária Marília, com quem fizemos uma votação importante no ano passado: a regulamentação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – Fhidro. A gente está ansioso para executar esses recursos, recuperando os nossos rios, aumentando o saneamento básico do Estado. O doutor falou muito bem: “Se não tivermos pulso e agirmos, vamos continuar no caminho em que a gente está”. Então, se a gente não mudar essa história, o fim está aí, por breve. A gente tem visto situações

climáticas que nunca vimos no nosso país, nestes últimos anos. A resposta está vindo rápida. Se nós não modificarmos e não a mudarmos, não sabemos até quando vamos continuar. Um grande abraço. Parabéns, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Tito. Parabéns também pelo trabalho que vem fazendo à frente da nossa Comissão de Meio Ambiente. A deputada Beatriz Cerqueira, presidente da nossa Comissão de Educação, da Casa, também quer fazer uso da palavra.

Palavras da Deputada Beatriz Cerqueira

Bom dia, gente; bom dia, presidente; um bom-dia a toda a Mesa. Eu quero trazer a minha saudação por este importante processo iniciado hoje com o tema do seminário. Acho que a Assembleia Legislativa, sob a presidência de V. Exa., assume um protagonismo importante e essencial para chamar a sociedade a um debate coletivo e comum. O papa Francisco já dizia – deputada Leninha, quero cumprimentá-la como nossa vice-presidenta – da nossa responsabilidade em cuidar da casa comum. Quando nós vimos ali a crise climática em Minas Gerais, vimos que ela não atingia todas as pessoas de forma igual. Há um recorte de raça, um recorte social, um recorte de gênero. Nós precisamos inclusive compreender como a crise climática chega aos nossos territórios, como a destruição do modo de vida das comunidades tem acontecido, como a violação de direitos tem acontecido e como essas comunidades são silenciadas e vivem violências extremas.

Eu acho que este lançamento, nesta manhã, no Plenário, nos chama a um grande processo, porque a luta para a defesa das nossas terras – não é, professor? – tem sido exaustiva. Nós temos que nos convencer – “resistir” eu acho ser a melhor palavra – de o que resta da Serra do Curral não pode ser destruído; de que minerar a Serra do Brigadeiro coloca a segurança hídrica e alimentar de uma região enorme em risco; de que a Serra da Moeda precisa ser protegida; de que o nosso cerrado precisa ser protegido. Então acho que são desafios importantes. E precisamos dizer que não queremos novos rompimentos de barragens que assassinam o nosso povo, que destroem as nossas bacias.

Então nós temos uma grande oportunidade, mediada e protagonizada pelo nosso presidente, de pensar, de repensar os nossos territórios, de cuidar do nosso povo, de proteger cada território e as nossas águas, para que a gente consiga viver com dignidade. E que essa vida em dignidade não seja para um pequeno grupo, mas para todas as mineiras e todos os mineiros.

Então, conte comigo! Não sei se isso é bom ou não, mas conte comigo nesse desafio, para que nós possamos avançar na proteção dos nossos territórios e das nossas serras e para a diversificação da matriz econômica do nosso estado.

Paralelamente a esse importante seminário, o presidente da Assembleia autorizou um fórum que vai construir uma política estadual de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, o que tem tudo a ver com o que nós estamos falando aqui. Aproveito para cumprimentar a Assembleia Legislativa pela parceria com o BH-TEC, porque os parques tecnológicos são pautas importantíssimas para a gente. E quero finalizar desejando que nós tenhamos um excelente processo de construções coletivas na defesa dos interesses do povo de Minas Gerais e desejando que nós aceitemos esse desafio coletivamente. Parabéns, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz, uma deputada muito atuante, que faz um importante trabalho aqui. Finalizando, o deputado Doutor Jean Freire também quer fazer uso da palavra.

Palavras do Deputado Doutor Jean Freire

Bom dia. Bom dia! Bom dia a todos e a todas; bom dia, Sr. Presidente. Na pessoa do nosso presidente, cumprimento toda a Mesa. Quero parabenizá-lo por estar trazendo essa temática e tantas outras temáticas para esta Casa.

Eu não poderia deixar de falar. Durante o tempo todo em que estive aqui, porque eu só saí para dialogar um pouco com a minha amiga e companheira de tantas lutas, a Janaína, a palavra “Jequitinhonha” foi dita várias vezes, e por isso eu pensei que teria que falar um pouco do Jequitinhonha, de onde eu vim e para aonde eu vou todas as quintas-feiras, e para aonde a nossa companheira Teca deve estar indo também – chamaram a Cleia aí, mas nós a chamamos de Teca. A gente faz um trabalho belíssimo lá.

Eu estava ali ouvindo quando procurei o seu telefone, colega médico, Polignano, e não o encontrei. Naquela hora, eu procurei o seu telefone na minha agenda para lhe mandar uma mensagem, mas não achei, e pedi à minha assessoria o número do seu telefone. Eu não lhe mandei a mensagem; eu deveria ter mandado antes.

O Sr. Marcus Vinícius Polignano – Eu vou passar o telefone.

O deputado Doutor Jean Freire – Eu já tenho aqui. Ela me mandou, mas, na hora em que eu vi, você já estava fazendo a fala. O motivo foi o seguinte: eu estava ali conversando com a Janaína e imaginando querer estar na cabeça do Polignano para saber o que ele estava pensando e o que ele iria falar.

Eu estou no meu terceiro mandato. No meu primeiro mandato, nós criamos a Comissão Extraordinária das Águas, e eu nunca vou me esquecer de uma pergunta que você fez. Permita-me reproduzi-la a todos aqui. Levante a mão quem já tomou banho em um rio. Levante a mão. Agora levantem as mãos aqueles que já tomaram banho no rio durante a sua infância. O rio onde você tomou banho há 10, 15, 20, 30 anos atrás é o mesmo rio hoje? Se for o mesmo rio e se ele estiver na mesma condição, levante a mão. Você lembra de ter feito essa pergunta?

O Sr. Marcus Vinícius Polignano – E a resposta foi essa.

O deputado Doutor Jean Freire – E a resposta foi essa. Faz 10 anos, Polignano, que você fez essa pergunta. Talvez haja alguém aqui que tenha tomado banho exatamente naquele momento em que o senhor estava fazendo, e a resposta é a mesma. Eu estava ouvindo as apresentações, muito boas, uma se soma a outra – acho que é importante isso mesmo –, e pensando o seguinte: o problema está aí, muito nessa linha que o colega Polignano falou. O problema está aí, nós sabemos. Como foi falado muito em Jequitinhonha aqui, basta ir lá, basta frequentar lá, basta frequentar o Norte, Montes Claros, para saber e entender o problema. Todo governo que inicia, todos eles, desde quando eu estou aqui – falo o Executivo –, e não é diferente com as outras regiões: “Vamos fazer um plano de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha”. Eu estou querendo um dia trazer os planos de desenvolvimento e colocar tudo aqui. Foi plano até falar chega. Eu costumo dizer que nós estamos cansados de ser estudados, nós precisamos é estudar. Estamos cansados de ser estudados.

Ver a maior temperatura, que alguém disse aqui que é do Brasil, mas parece que foi a maior temperatura do mundo. Saiu nos jornais que a maior temperatura do mundo é numa cidade em Minas, Araçuaí, e em outra, parece-me que na Austrália. É engraçado, a maior temperatura do mundo veio da cidade que mais produz lítio no Brasil, do local que tem a maior monocultura em extensão de eucalipto da América Latina. Tem a segunda maior represa de alteamento da América Latina e a maior monocultura em extensão de eucalipto. Tudo isso, e a retirada do lítio e tudo, serve para quê? Para quem está servindo?

Vou me recorrer... O deputado Professor Cleiton já não está aqui agora, e ele sempre recorre a Eduardo Galeano, em As veias abertas da América Latina, na página 85: a mineração deixou para o Brasil o quê? Construiu igrejas em Portugal, indústrias na Inglaterra e buracos no Brasil. É bom usar este microfone, porque aqui eu tenho a possibilidade de expressar o que penso realmente, e fica registrado. O que o lítio vai deixar para o Vale do Jequitinhonha? Igrejas, acho que não vão construir mais. Vai deixar buracos no Vale do Jequitinhonha, indústria na China, nos Estados Unidos e em outro lugar. Talvez uma indústria de bateria em Araxá – fiquei sabendo dessa possibilidade há poucos dias. E o que vai deixar realmente para o Vale? Sem dialogar com os agricultores, com as agricultoras, com as comunidades quilombolas e indígenas; sem deixar legado. Essa é a região que está mais quente. Então o que realmente nós precisamos fazer?

Polignano, você é médico, e a medicina cuida de pessoas. A política também cuida de pessoas. E você faz um papel ainda mais... Quantas vezes eu presenciei você na porta desta Casa, tentando dialogar com colegas deputados para que não deixassem passar alguns projetos de lei. Então eu também quero deixar uma proposta para que nós possamos fazer uma agenda propositiva. Sr. Presidente, tenho sempre me pautado em algumas temáticas, mesmo das mulheres, de votar projetos de lei para as mulheres. Para que possamos, durante este seminário, presidente, pautar projetos que causem, sobre essa temática. Leninha, V. Exa. me lembrou ali, e a

Janaína pediu para que eu lembrasse aqui também, o projeto de lei, de sua autoria, que nós somos coautores, que institui a Política Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca de Minas Gerais, e dá outras providências, que está na Comissão de Justiça.

Presidente, um grande abraço. Gratidão. Muito obrigado a todos e a todas.

O presidente – Obrigado, deputado Doutor Jean, líder da Minoria nesta Casa, pelas palavras e pelo trabalho feito aqui. Eu achava que seria o último a falar, mas o deputado Alencar pediu para finalizar a nossa manhã de hoje, deputado decano desta Casa. Então tem a palavra o deputado Alencar da Silveira.

Palavras do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Boa tarde, e agora já é tarde. Só para finalizar, presidente, o negócio é o seguinte: eu estou no meu décimo mandato, oito dentro desta Casa. O meio ambiente é discutido já há 30 anos, mas a gente vê que ele fica travado. Eu estou aqui, agora, para lembrar o seguinte: nós temos, neste mandato, um jovem na presidência, que está colocando uma pauta e está encarando as coisas com seriedade, batendo em todos os problemas que a gente está tendo em Minas Gerais, de meio ambiente, de economia, de educação, tudo de frente. A Casa mudou dos últimos 20 anos para cá, e hoje eu vejo que nós temos projetos importantes que estão caminhando, estão andando. Gente que conhece boa parte do mundo e o cuidado com o meio ambiente no mundo inteiro. A gente trouxe algumas coisas à Casa, e a Casa para. É interesse desse ou daquele grupo. Eu acho que isso tem que acabar. Temos que sentar, olhar e não deixar tanta interferência aqui dentro.

Eu estava falando com o Tito sobre Taiwan, onde você nem mesmo pode colocar o lixo da sua residência no chão. O caminhão de lixo passa às 18h20min, e às 18h20min está todo mundo na porta do prédio, para entregar o lixo. A gente vê todo o sistema no Japão, em que toda água de chuva é aproveitada, toda água é aproveitada. A gente está vendo que está na hora da gente voltar com o calçamento.

O que acontece com Belo Horizonte hoje? Qual era o maior pedido que eu tinha quando era vereador, lá em 1988, quando comecei? “Vereador, o senhor tem que me arrumar um calçamento.” Aí colocava o calçamento. “Agora, Sr. Vereador, o senhor tem que me arrumar um asfalto.” E o asfalto era colocado. Depois do asfalto era o quê? Era o quebra-molas. É desse jeito. Nós temos que lembrar que, na porta de hospital, não pode haver asfalto. Na porta de hospital, por exemplo, tem que haver um calçamento. A pessoa sai de dentro do hospital, traz o que for, e, na hora em que pisa, deixa uma bactéria, não sei – vamos lembrar assim –, e vem a chuva no asfalto, e fica ali. Agora, se for todo ele calçado, vai para o pé e vai para a terra.

Nós temos que voltar a pensar nisso, e nós temos os projetos com relação ao lixo também, projetos que trouxemos da Califórnia e que são um exemplo para o mundo inteiro. São projetos que vemos que estão parados na Casa, mas que precisam andar, não é mesmo, Bia? Eles precisam andar, e vão andar, porque hoje nós temos um novo presidente na Mesa, uma nova oposição, um Plenário repleto de mulheres e de novos pensamentos que estão fazendo a coisa andar.

Eu quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa de sair desta Casa e buscar, no interior, em cada grotão de Minas Gerais o que realmente está acontecendo. Só tenho que parabenizar V. Exa., esta Casa e este mandato.

O Tito falava – vejam como são as coisas – do vídeo da TV Assembleia, e eu não posso deixar de falar que eu criei a TV Assembleia quando ninguém tinha internet, quando ninguém tinha nada. Era uma TV a cabo que passava pela porta. Eu subia a esta tribuna e falava assim: “Vamos fazer uma televisão e mostrar para a população o que a gente faz aqui dentro”. Hoje a TV Assembleia é um sucesso, e nós estamos indo para o mundo inteiro por meio da internet. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Alencar, um experiente deputado desta Casa. Agradeço a todos os participantes. Eu quero agradecer muito à Cleia de Fátima; ao Bernardo Campolina, que aqui estive; à Ana Paula Mello; ao Marcus Vinícius Polignano; à Michelle Reboita; à nossa secretária de Meio Ambiente, Marília – agradeço muito, mais uma vez, a sua presença; ao magnífico

reitor da Unimontes, Wagner Santiago; ao Marco Aurélio Crocco, da BH-TEC; enfim, quero agradecer a todos os presentes e aos deputados e às deputadas que passaram por esta manhã de muito conhecimento – uma manhã que também nos chama muito a atenção para a urgência de darmos sequência a esse tema. Eu quero é agradecer!

Na parte da tarde, terão início as discussões dos grupos temáticos. Portanto eu quero agradecer, mais uma vez, a todos e convidar os representantes das instituições presentes a participarem da primeira reunião de trabalho dos grupos temáticos do Informativo Técnico do Semiárido, que lançamos agora. Essa reunião vai acontecer no Auditório José Alencar, logo mais, às 14 horas.

Encerramento

O presidente – A presidência agradece a presença de todos e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 18 de março de 2024, destinada à entrega do diploma referente ao título de Cidadão Honorário do Estado ao Sr. Octavio Augusto De Nigris Boccalini, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Palácio da Inconfidência, 15 de março de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Lud Falcão e Marli Ribeiro e os deputados Coronel Henrique e Dr. Maurício, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 18/3/2024, às 10 horas, na Arena Multiúso do Expominas – Parque da Gameleira, em Belo Horizonte, com a finalidade de apoiar o movimento voltado para a valorização da produção de leite no Estado.

Sala das Comissões, 15 de março de 2024.

Raul Belém, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/3/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Francisco de Assis Evangelista, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Delegada Sheila;

exonerando, a partir de 18/3/2024, Matheus Cheib Baeta, padrão VL-37, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Lud Falcão;

nomeando Bertoldina Maria Vertchenko, padrão VL-52, 6 horas, com exercício na Presidência.

**ASSEMBLEIA CULTURAL****PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL****Banco de Pareceristas****Sorteio Público – Área VI – Música Erudita**

A Secretaria da Assembleia faz saber aos interessados o resultado do sorteio realizado em 15 de março de 2024, às 10 horas, no Plenarinho I, para designação dos encarregados da avaliação das propostas habilitadas no edital em aberto do Programa Assembleia Cultural, especificamente do Projeto Segunda Musical, conforme previsto na Ordem de Serviço nº 3, de 1º de novembro de 2017, e no Edital de Chamamento Público para Formação de Banco de Pareceristas nº 1, de 26 de junho de 2023.

| BANCO DE PARECERISTAS | | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|-----------|
| CATEGORIA VI – MÚSICA ERUDITA | | |
| TITULARES | | PROTOCOLO |
| Marcos José Ferreira Rodrigues | | 104821 |
| Luciana Fernandes Rosa | | 104751 |
| Rodrigo Guillermo Olivárez Olivares | | 104389 |
| SUPLENTE | | PROTOCOLO |
| 1º | Ana Lúcia Miwa Teixeira Kobayashi | 104837 |
| 2º | Andersen Viana | 104538 |
| 3º | Marcos Matturro Foschiera | 104740 |

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL**EDITAL Nº 3/2023 – PROJETO SEGUNDA MUSICAL****RESULTADO FINAL DA FASE DE HABILITAÇÃO****E AGENDA DE AUDIÇÕES**

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado final da fase de habilitação referente ao processo seletivo do Projeto Segunda Musical e o local, a data e os horários das audições públicas dos candidatos habilitados conforme previsto no Edital nº 3, de 26 de dezembro de 2023.

I – ANÁLISE DOS RECURSOS

Resultado em ordem de protocolo.

| RESULTADOS | | |
|------------|-------------------------|-----------|
| PROTOCOLO | CANDIDATO | RESULTADO |
| 108103 | Heber Henrique dos Reis | DEFERIDO |
| 108123 | Luigi Gomes Brandão | DEFERIDO |

| | | |
|--------|--|----------|
| 108157 | Gustavo Silva Ramos | DEFERIDO |
| 108761 | Gustavo Henrique Fernandes Santos (Quarteto) | DEFERIDO |
| 108812 | Isadora de Souza Sodré | DEFERIDO |
| 108821 | João Pedro Vasconcelos Tabosa | DEFERIDO |
| 108828 | Caroline dos Santos Peres e Anderson Reis | DEFERIDO |

II – CANDIDATOS HABILITADOS (APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS)

Resultado em ordem de protocolo.

| APRESENTAÇÕES INDIVIDUAIS | |
|---------------------------|--|
| PROTOCOLO | CANDIDATO |
| 108120 | Polyana Lopes Ribeiro |
| 108122 | Luigi Gomes Brandão |
| 108234 | Bruna Garcia Vieira do Nascimento |
| 108156 | Gustavo Silva Ramos |
| 108253 | Renato Mendes Rosa |
| 108278 | Jéfrey Antônio de Andrade |
| 108413 | Leonardo Souza Amorim |
| 108490 | Nikollas Luigi Silva e Neves |
| 108498 | Henrique Daniel de Sousa |
| 108515 | Leonardo Fernando Santos Gonçalves |
| 108527 | Guilherme de Oliveira Cunha |
| 108522 | Pedro César Silva |
| 108581 | Roger Deboben Schena |
| 108598 | Gabriela Campolina Andrade |
| 108601 | William Matheus Corrêa Almeida |
| 108787 | Raquel Jota Quaresma |
| 108790 | Gabriela de Cássia Vieira dos Santos |
| 108810 | Álvaro Esteban Terroba |
| APRESENTAÇÕES EM GRUPO | |
| PROTOCOLO | CANDIDATOS |
| 108103 | Heber Henrique dos Reis e Paulo Augusto Borges |
| 108123 | Luigi Gomes Brandão e Davi Avansini |
| 108157 | Gustavo Silva Ramos, Júlia Rocha, Stanley Fernandes e Talmer Oliveira |
| 108201 | Emilia Pinheiro Carneiro Barros e Evan Alexander Megaro |
| 108202 | Marcela Molica Silva Guimarães, Bernardo Martins de Oliveira e João Vitor Romano Maia |
| 108232 | Matheus Augusto Dias de Souza e Otávio Figueiredo Becker |
| 108254 | Renato Mendes Rosa e Roger Deboben Schena |
| 108279 | Jéfrey Antônio de Andrade e Daniel Della Savia Silva |
| 108354 | Daniel Menezes Ludolf Tamietti e Bruno Cruz |
| 108549 | Mayra Lopes Eugênio e Bruno Cruz de Souza Medeiros |
| 108682 | Barbara Augusta Brasil Nicolau, Matheus Augusto Dias de Souza e Thelma Cristina Nascimento de Souza Lander |
| 108761 | (Duo) Gustavo Henrique Fernandes Santos e Isadora de Souza Sodré |
| 108761 | (Quarteto) Gustavo Henrique Fernandes Santos, Gisele Margarida Severino Lopes, Pedro Augusto Moreira Cirino e Rafael Carlos Atenagoras Valério Ribeiro |

| | |
|--------|--|
| 108799 | Luiz Braz Franceschini Júnior, Eduardo Paes Barretto Filho, Eudes Soares da Silva, Fausto Eustáquio Alves, Gustavo Prado, Laerte Mateus Rodrigues, Lucas Albuquerque de Carvalho Perez, Marcos Antônio Santos Durães e Mateus Oliveira Horta |
| 108801 | Janaína Marques Jardim (Candidato: João Pedro Jardim Brant) e Wamer Nogueira |
| 108812 | Isadora de Souza Sodré, Jefferson Assis de Souza e Rafael Silveira Figueiredo |
| 108821 | João Pedro Vasconcelos Tabosa e Ariel Adonai Campos de Castilho |
| 108828 | Caroline dos Santos Peres e Anderson Reis |
| 108829 | Caroline dos Santos Peres e Helcio Vaz do Val |
| 108831 | Gisele de Carvalho Fernandes e Paulo Augusto Borges |
| 108834 | Natália Fonseca Pacheco e Fernando Silvestre de Brito |

Conforme expresso no edital em epígrafe, em especial nos itens 8.2, 8.3 e 8.4, os candidatos habilitados serão avaliados em audições públicas a serem realizadas no Teatro da Assembleia, nos dias 22 e 23 de março de 2024. A audição de cada candidato ou grupo terá duração máxima de 10 minutos e será realizada de acordo com a seguinte agenda de audições:

| AGENDA DE AUDIÇÕES PÚBLICAS – 2024 | | | |
|--|--|---------------------------|-------------|
| LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Teatro Rua Rodrigues Caldas nº 30 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG | | | |
| DIA 23 DE MARÇO – Sábado | | | |
| MANHÃ | | | |
| PROTOCOLO | CANDIDATO | INSTRUMENTOS | HORA |
| 108413 | Leonardo Souza Amorim | Violão | 09:00 |
| 108581 | Roger Deboben Schena | Violão | 09:12 |
| 108810 | Álvaro Esteban Terroba | Violão | 09:24 |
| 108122 | Luigi Gomes Brandão | Violão | 09:36 |
| 108123 | Luigi Gomes Brandão e Davi Avansini | Duo de Violões | 09:48 |
| 108253 | Renato Mendes Rosa | Violão | 10:00 |
| 108254 | Renato Mendes Rosa e Roger Deboben Schena | Duo de Violões | 10:12 |
| 108278 | Jéfrey Antônio de Andrade | Violão | 10:24 |
| 108279 | Jéfrey Antônio de Andrade (violão) e Daniel Della Savia Silva (flauta) | Flauta e Violão | 10:36 |
| 108156 | Gustavo Silva Ramos | Violão | 10:48 |
| 108157 | Gustavo Silva Ramos, Talmer Oliveira, Stanley Fernandes e Júlia Rocha | Quarteto de Violões | 11:00 |
| 108799 | Luiz Braz Franceschini Júnior (regente), Eduardo Paes Barretto Filho, Lucas Albuquerque de Carvalho Perez, Fausto Eustáquio Alves, Eudes Soares da Silva, Mateus Oliveira Horta, Marcos Antônio Santos Durães, Laerte Mateus Rodrigues e Gustavo Prado | Camerata de Violões CEFAR | 11:12 |
| 108202 | Marcela Molica (piano), João Vitor Romano Maia (violino) e Bernardo Martins de Oliveira (flauta) | Flauta, Violino e Piano | 11:24 |
| 108120 | Polyana Lopes Ribeiro | Flauta | 11:36 |
| 108527 | Guilherme de Oliveira Cunha | Violoncelo | 11:48 |
| TARDE | | | |
| 108134 | Bruna Garcia Vieira do Nascimento | Piano | 14:00 |
| 108490 | Nikollas Luigi Silva e Neves | Piano | 14:12 |
| 108498 | Henrique Daniel de Sousa | Piano | 14:24 |
| 108515 | Leonardo Fernando Santos Gonçalves | Piano | 14:36 |
| 108552 | Pedro César Silva | Piano | 14:48 |
| 108828 | Caroline dos Santos Peres (soprano) e Anderson Reis (violão) | Canto e Violão | 15:00 |
| 108829 | Caroline dos Santos Peres (soprano) e Helcio Vaz do Val (piano) | Canto e Piano | 15:12 |

| 108549 | Mayra Lopes Eugênio (soprano) e Bruno Cruz (piano) | Canto e Piano | 15:24 |
|----------------------------------|--|----------------------------|-------|
| 108354 | Daniel Menezes Ludolf Tamiatti (violoncelo) e Bruno Cruz (piano) | Violoncelo e Piano | 15:36 |
| 108103 | Heber Henrique dos Reis (canto) e Paulo Augusto Borges (piano) | Canto e Piano | 15:48 |
| 108831 | Gisele de Carvalho Fernandes (soprano) e Paulo Augusto Borges (piano) | Canto e Piano | 16:00 |
| 108232 | Matheus Augusto Dias de Souza (tenor) e Otavio Figueiredo Becker (violão) | Canto e Violão | 16:12 |
| 108834 | Natália Fonseca Pacheco (canto) e Fernando Silvestre de Brito (piano) | Canto e Piano | 16:24 |
| 108821 | João Pedro Vasconcelos (piano) e Ariel Adonai Campos de Castilho (canto) | Canto e Piano | 16:36 |
| 108682 | Bárbara Augusta Brasil Nicolau (canto), Matheus Augusto (tenor) e Thelma Lander (piano) | Canto e Piano | 16:48 |
| DIA 24 DE MARÇO – Domingo | | | |
| MANHÃ | | | |
| PROTOCOLO | CANDIDATO | INSTRUMENTOS | HORA |
| 108598 | Gabriela Campolina Andrade | Piano | 09:00 |
| 108601 | William Matheus Corrêa Almeida | Piano | 09:12 |
| 108787 | Raquel Jota Quaresma | Piano | 09:24 |
| 108790 | Gabriela de Cássia Vieira dos Santos | Piano | 09:36 |
| 108201 | Emília Pinheiro Carneiro Barros (clarinete) e Evan Alexander Megaro (piano) | Clarinete e Piano | 09:48 |
| 108761 | Gustavo Henrique Fernandes Santos (violino) e Isadora de Souza Sodré (fagote) | Violino e Fagote | 10:00 |
| 108761 | Gustavo Henrique Fernandes Santos (violino), Pedro Augusto Moreira Cirino (violino), Gisele Margarida Severino Lopes (viola) e Rafael Carlos Atenagoras Valério Ribeiro (violoncelo) | Quarteto de Cordas | 10:12 |
| 108801 | João Pedro Jardim Brant (violoncelo) e Wamer Nogueira (piano) | Violoncelo e Piano | 10:24 |
| 108812 | Isadora de Souza Sodré (fagote), Jefferson Assis de Souza (clarinete) e Rafael Silveira Figueiredo (flauta) | Flauta, Clarinete e Fagote | 10:36 |

Para o dia da audição, o candidato (individual ou integrante de grupo) deverá apresentar-se no local indicado com antecedência mínima de 20 minutos, portando documento de identificação com foto (RG, passaporte ou carteira de motorista).

O candidato ou grupo habilitado para a audição deverá:

- a) trazer a sua estante;
- b) trajar-se de modo semelhante ao planejado para o concerto, caso fosse selecionado;
- c) participar de sessão de fotos oficiais, no dia da audição.

O edital deverá ser consultado para mais orientações sobre o dia da audição.

Belo Horizonte, 15 de março de 2024.



ERRATA

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/3/2024

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/3/2024, na pág. 55, sob o título “Requerimentos”, após o resumo do Requerimento nº 5.704/2024, acrescente-se o seguinte despacho:

“(– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Ana Paula Siqueira e outros. Anexe-se ao Requerimento nº 2.509/2023, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)”.